AGENDA DE GOVERNO
Biênio 2001-2002

Introdução
- Dez anos de reformas, estabilidade e crescimento
- Consolidar e aprofundar as mudanças

Fortalecendo e ampliando a Democracia
- Reforma eleitoral e partidária
- Descentralização e participação ampliada
- Governo eletrônico
- Governabilidade e medidas provisórias
- Lei, transparência e princípios éticos

Avançando no maior programa de inclusão social
- Educação
- Ciência e tecnologia
- Cultura
- Saúde, nutrição e melhoria das condições de vida
- Políticas para as áreas metropolitanas
- Trabalho e emprego
- Agricultura familiar e acesso à terra
- Previdência e Assistência Social
- Projetos integrados de combate à pobreza
- Programas de transferência direta de renda

Infra-Estrutura para a integração nacional e a competição internacional
- Transportes
- Energia
- Telecomunicações
- Irrigação e Recursos Hídricos
- Meio Ambiente

Consolidando as bases econômicas do desenvolvimento
- Reforma tributária
- Modernização das relações de trabalho
- Reforma do mercado de capitais e redução do custo do capital
- Políticas de desenvolvimento em bases contemporâneas
- Responsabilidade fiscal, qualidade do gasto, responsabilidade monetária

Anexo AGENDA LEGISLATIVA

Câmara dos Deputados

Senado Federal

Introdução

Entre os bons resultados que conseguiu na década passada, o Brasil recuperou algo fundamental: a capacidade de projetar seu próprio futuro. Há oito anos, com um governo desnorteado, um Estado falido e uma sociedade acuada pela inflação galopante, poucos brasileiros se animariam a fazer planos para além dos próximos trinta dias. Hoje é possível pensar com boa margem de confiança como será o País nos próximos dez anos.

O Brasil que o censo de 2010 vai retratar será melhor que o de hoje e muito melhor que o de há oito anos.

- A renda familiar *per capita* estará por volta de R$ 450 por mês – ela aumentou de R$ 225 em 1993 para mais R$ 300 em 2000 (tudo em valores de hoje).
- Os brasileiros abaixo da linha de pobreza não serão mais do que 15% da população – a proporção diminuiu de 26% em 1993 para 22% em 1999.
- A mortalidade infantil estará abaixo de 20 por mil – ela caiu de 41 em 1993 para 35 em 2000.
- O analfabetismo entre crianças de 7 a 14 anos estará praticamente abolido – ele caiu de 20% em 1993 para 11% em 1999. A meta de ter todas as crianças dessa faixa de idade na escola deve ser atingida já em 2002.
- A proporção de jovens de 15 a 17 anos freqüentando o ensino médio terá ultrapassado os 60% – ela pulou de 31% em 1993 para 42% em 1999.
- A totalidade dos domicílios urbanos terá água encanada – a cobertura subiu de 81% em 1991 para 92% em 1999.
- A energia elétrica estará chegando à totalidade dos domicílios urbanos e rurais – a cobertura subiu de 90% em 1993 para 96% em 2000.
- Mais de metade dos brasileiros terá acesso a telefone fixo ou celular – a proporção pulou de 8% em 1993 para mais de 20% em 2000.

Este é um cenário favorável mas de modo algum fantasista. Ele é inteiramente compatível com a curva ascendente dos indicadores econômicos e sociais do próprio Brasil a partir do Plano Real, como se constata pelos dados acima. A continuidade e possível aceleração dessas tendências dependem de três condições fundamentais:

- que se mantenham as condições de governabilidade democrática das quais o Brasil tem se beneficiado desde a redemocratização;
- que a economia brasileira consiga sustentar, ao longo de toda a década, um crescimento semelhante ao previsto para este ano;
- que se dê continuidade e se reforcem as políticas de inclusão social, inclusive no que diz respeito à redução das desigualdades regionais.

Este documento destaca as ações essenciais para que o biênio 2001-2002 consolide e potencialize os avanços conseguidos pelo País nos planos do desenvolvimento econômico e da inclusão social. Além disso, ele atualiza a visão do governo sobre as condições de estabilidade política e econômica que foram e continuarão sendo fundamentais para as perspectivas de desenvolvimento com inclusão.

Não se trata de um novo plano de governo, mas de um termo de referência para o debate político e de um roteiro de ação para a administração. Seu propósito é dar mais foco e perspectiva à visão da sociedade, dos partidos políticos e do próprio governo sobre a agenda do Presidente Fernando Henrique Cardoso na segunda metade do seu segundo mandato.

Dez anos de reformas, estabilidade e crescimento

Com a expansão anual do PIB de pelo menos 4,5% em 2001 e 2002, a economia brasileira terá obtido um crescimento real de mais de 40% nos dez anos de 1993 a 2002. Num período em que conseguiu derrotar a hiperinflação e superar três crises financeiras externas, o Brasil não teve nenhum ano de queda do PIB. A perspectiva para os próximos anos é de manutenção de taxas de crescimento real superiores às taxas de inflação. A mudança do regime macroeconômico que empreendemos com êxito a partir do Plano Real proporciona ao País um cenário inédito de queda da taxa de juros real e da inflação, alongamento de horizontes, redução da incerteza, aumento do investimento, tudo isso se traduzindo em crescimento sustentado.

Todos os indicadores referentes a educação, saúde, saneamento básico, renda familiar, acesso a bens de consumo duráveis apontam melhora também no campo social. Em alguns casos a melhora é acelerada, como o aumento da escolarização e a redução do trabalho infantil. Esses resultados são fruto da queda drástica e permanente da inflação e dos avanços nas políticas sociais . O efeito-renda do Plano Real diminuiu acentuadamente a proporção da população abaixo da linha de pobreza. É importante ressaltar que esse efeito se mantém desde 1995 até o presente. Mas os bons resultados refletem também o aumento do volume e da eficácia dos gastos sociais. Este é o governo que mais aumentou os gastos em saúde, educação, previdência e assistência social, reforma agrária. É também o que mais inovou nesse campo: dos 34 programas sociais mais importantes na área federal, 15 foram criados pelo atual governo e outros 15 foram por este substancialmente ampliados.

A exceção à melhora do quadro social foram os indicadores relativos ao mercado de trabalho. Mas estes começam a apresentar sinais nítidos de melhora, à medida que a economia retoma sua trajetória de crescimento.

A estabilidade política foi uma condição fundamental para os bons resultados nos campos econômico e social. A grande conquista da década passada, desse ponto de vista, foi a consolidação do regime democrático e o restabelecimento das condições de governabilidade. Apesar das características institucionais desfavoráveis dos sistemas partidário e eleitoral, uma maioria congressual estável tem permitido levar à frente um amplo programa de reformas, num clima de liberdade de opinião e movimentação social raro em nossa história.

Apesar da cegueira de certos críticos, o certo é que o Brasil está levando à frente um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento, adequando suas estruturas às transformações tecnológicas, econômicas e culturais que desafiam nosso futuro.

A reforma do Estado é um aspecto essencial desse projeto. Ao invés de proceder ao desmonte do aparelho estatal sob inspiração dita "neoliberal", remontamos o Estado brasileiro, para que ele possa atuar com competência, e estamos focalizando o gasto público para, crescentemente, atender aos mais pobres.

Em todas essas áreas, introduzimos práticas gerenciais distantes do clientelismo assistencialista e ampliamos o controle direto da sociedade na definição de prioridades e no uso dos recursos.

Sempre que possível, estamos fazendo parcerias com os municípios, os estados e o setor privado, em um verdadeiro mutirão para combater os males da sociedade.

No setor produtivo, o governo criou agências reguladoras para atender aos objetivos nacionais e aos consumidores nos segmentos de telefonia, energia elétrica, petróleo, águas, vigilância sanitária, saúde suplementar e, brevemente, transportes.

Mantivemos, também, o Estado ativo em suas funções de sinalização do crescimento e de fomento. Ao contrário do que fizeram quase todos os países da região, restabelecemos em bases contemporâneas o planejamento econômico-social de longo prazo. Brasil em Ação e Avança Brasil são resultado disso.

As instituições federais de fomento continuaram a atuar para sustentar o crescimento do país. O BNDES emprestou no ano 2000 mais de R$ 23 bilhões para a área econômica e social. Isto equivale à carteira de empréstimos do Banco Mundial para todos os países em desenvolvimento.

Graças à ação das instituições de fomento, setores produtivos tradicionais mantiveram-se em condições de sobreviver e competir e, o que é novo, as médias e pequenas empresas passaram a ter acesso a crédito e capacitação empresarial. Além disso, estamos implementando uma nova política industrial, com mira na competitividade das empresas e no aumento do coeficiente tecnológico de produção no Brasil, financiando a nova geração de "substituição de importações" em áreas como telecomunicações e a indústria do petróleo.

Além dos recursos do orçamento federal, os empréstimos para as áreas sociais também cresceram significativamente. E o que é mais importante: no conjunto de empréstimos para investimento, a taxa de juros de longo prazo (TJLP) está em 9,25%, o que corresponde em termos reais (descontada a inflação) a cerca de 5% ao ano, o nível mais baixo desde sua criação.

A combinação de avanços sociais e econômicos com estabilidade política tem permitido ao Brasil afirmar-se como um ator relevante no concerto mundial, ampliando as possibilidades de uma inserção positiva da economia do País na economia internacional, condição fundamental para a melhoria das condições de vida da população brasileira em seu conjunto.

Consolidar e aprofundar as mudanças

O Brasil elegeu o combate à exclusão social como preocupação central e inadiável. O governo, sintonizado com a sociedade, tem transformado essa prioridade em ação concreta, com resultados positivos. A atenção redobrada da cidadania e sua participação efetiva tornam possíveis novos avanços nas políticas de inclusão social. Governo e sociedade têm aprendido juntos que responsabilidade fiscal e sensibilidade social não são antagônicas, mas complementares. Ambas supõem a capacidade de definir os meios e prazos adequados para conseguir os benefícios desejados. A agenda do governo para o biênio 2001-2002 reflete a vontade e a capacidade do País de aprofundar o processo de mudanças estruturais em que está engajado, nas suas dimensões política, social e econômica. Ela cuida, ao mesmo tempo, das condições de governabilidade democrática, do fortalecimento das políticas sociais, do aumento da eficiência e da competitividade para garantir o crescimento da economia e do aprimoramento da responsabilidade fiscal.

Radicalizar a democracia com governabilidade

Crescimento econômico e melhoria das condições sociais são objetivos cuja realização depende de circunstâncias. A democracia não. Dela não podemos abrir mão em nenhuma hipótese: é um valor essencial como o ar, que não pode faltar. A solidez e eficiência das instituições democráticas tornaram-se, além de tudo, uma vantagem competitiva no mundo contemporâneo; um importante diferencial entre os países, que afeta sua capacidade de promover o desenvolvimento e distribuir seus frutos equitativamente. A realização das perspectivas favoráveis do Brasil na década que se inicia requer um exercício permanente de fortalecimento da democracia e aprimoramento das condições de governabilidade sob a égide do regime democrático. Isto importa, por um lado, em aperfeiçoar o sistema político, tornando-o mais representativo e transparente. Por outro lado, importa em ampliar o espaço público, com participação crescente da sociedade na formulação, gestão e controle das políticas públicas.

Fortalecer as políticas sociais

A discussão sobre as políticas sociais no Brasil costumava girar em torno do volume de recursos destinados a essa área. Esse é um debate importante mas insuficiente. Dada a magnitude dos desafios por enfrentar, ainda mais importante é rediscutir a composição, a qualidade e a eficiência do gasto público, incluídas as renúncias fiscais, em termos de seus efeitos regressivos ou progressivos sobre a pobreza e a distribuição de renda. É possível e necessário avançar mais na focalização do gasto. Ainda existem programas sociais marcados pela regressividade, como as aposentadorias do setor público. Aqueles que acreditam – como este governo acredita – que os atuais níveis de pobreza e desigualdade no Brasil são intoleráveis, não deixarão de apoiar novos passos na revisão da estrutura de gastos e renúncias fiscais, para torná-la socialmente mais justa.

Aumentar a competitividade da economia

O Brasil produz atualmente uma gama de bens e serviços maior do que há dez anos, com mais qualidade e um conteúdo tecnológico mais avançado. A abertura comercial e a privatização impulsionaram avanços na produtividade do agronegócio, da indústria e dos serviços. A desconcentração e descentralização da atividade econômica também contribuem para aumentar a produtividade média da economia, além de diminuir as desigualdades regionais na distribuição do investimento, da renda e do emprego. Para acelerar mais o crescimento da economia, temos que levar adiante novas reformas que permitam reduzir os custos e aumentar a eficiência das empresas. O País precisa melhorar a qualidade do sistema tributário; fortalecer o mercado de capitais, para melhorar o financiamento da atividade econômica; dar continuidade à modernização da infra-estrutura, levando adiante a privatização, dentro da estratégia dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. A continuidade da reforma da legislação trabalhista é essencial para fazer dos empregados cada vez mais parceiros do crescimento das empresas. Educação e saúde de boa qualidade para todos, além de um imperativo de justiça social, também são fundamentais para fortalecer a economia.

Preservar as bases fiscais do crescimento

O alicerce do círculo virtuoso que a economia brasileira começa a experimentar é a construção de um novo regime fiscal, que só se tornou possível a partir das reformas estruturais feitas na década passada. A experiência do Brasil e outros países mostra que, em certas circunstâncias, como é o nosso caso atualmente, uma política fiscal austera proporciona mais crescimento do produto, da renda e do emprego do que uma política fiscal pretensamente expansionista. Por isso é

fundamental preservar as condições de obtenção dos superávits primários definidos para o biênio 2001-2002, de 3% e 2,7% do PIB, respectivamente, de forma a garantir a continuidade da queda da taxa de juros real e da inflação.

As ações aqui relacionadas, com uma ou outra exceção, estão compreendidas nos instrumentos básicos de planejamento do Governo Federal: o Plano Plurianual de Investimentos – Avança Brasil, o orçamento anual, os planos setoriais dos ministérios. O conjunto de iniciativas do Governo Federal compreende mais de 360 programas, projetos e ações, que são detalhados no Avança Brasil e na lei orçamentária. Como já foi dito, o propósito deste documento não é apresentar políticas nem programas novos, modificar os existentes nem fazer uma enumeração exaustiva, e sim evidenciar como as ações previstas para os próximos dois anos se encadeiam dentro de um rumo bem definido.

Fortalecendo e ampliando a democracia

A responsabilidade pela iniciativa das reformas políticas cabe primordialmente ao Congresso Nacional. Isto não exime o Executivo do dever de contribuir para o debate. Poucos temas são de interesse público tão acentuado quanto a qualidade da representação política e da participação popular. O debate destas questões precisa envolver também, crescentemente, a imprensa, a universidade, os sindicatos, o empresariado, a sociedade em geral.

Reforma eleitoral e partidária

Os entendimentos entre os partidos no Congresso Nacional caminham no sentido de reconhecer a interdependência das reformas eleitoral e partidária. O governo avalia positivamente iniciativas parlamentares em tramitação que, uma vez aprovadas, darão mais força e coesão ao sistema partidário e induzirão maior fidelidade dos eleitos aos eleitores.

- Dois projetos destinam-se a inibir a troca de legendas no curso dos mandatos. Um aumenta o prazo de filiação partidária como condição de elegibilidade. Outro adota o resultado das eleições como único critério de acesso aos recursos públicos de campanha e distribuição de poder nas casas legislativas.
- O fim das coligações nas eleições de deputados federais, deputados estaduais e vereadores significará um aprimoramento do sistema eleitoral proporcional.
- O desempenho eleitoral dos partidos pode vir a condicionar mais fortemente o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuita no rádio e televisão.
- O financiamento público da atividade partidária e eleitoral será um poderoso instrumento de equalização de oportunidades, além de inibir a corrupção.

Descentralização e participação ampliada

Uma cidadania ativa, com interesses e opiniões cada vez mais diversificados, desafia a capacidade dos partidos de traduzir as aspirações coletivas e reclama novas formas de participação nas decisões políticas. A descentralização multiplica as oportunidades de participação e revigora a democracia. Este governo tem feito da partilha de recursos e atribuições da União com as demais unidades da Federação e com as organizações não-governamentais um dos pilares da sua estratégia de melhoria da gestão pública. As várias formas de descentralização, introduzidas em praticamente todos os principais programas sociais, serão mantidas e ampliadas no biênio 2001-2002.

Governo eletrônico

As novas tecnologias da informação, que estão revolucionando a economia e a sociedade no mundo todo, também têm impacto na política. Elas criam novos problemas e oportunidades no que diz respeito às condições de exercício da cidadania.

A administração federal avançou muito no uso da Internet em benefício da eficiência dos serviços públicos e da participação democrática. Os próximos dois anos trarão a consolidação e expansão dessas iniciativas.

- O Portal Governo na Internet (http://www.redegoverno.gov.br) já dá acesso a mais de seiscentos serviços e milhares de páginas de informação sobre a administração federal.

Até o final de 2002, serão disponibilizados todos os serviços que não requeiram a presença física do cidadão e todas as informações que não estejam protegidas por sigilo legal.

- Por exemplo: em breve, as prefeituras incluídas no Projeto Alvorada poderão orientar-se pela Internet sobre o acesso aos benefícios dos programas de educação, saúde e geração de renda; os atendimentos em ambulatório do Sistema de Saúde poderão ser inteiramente monitorados *on line*.
- O Governo Federal, com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST e de outras fontes, investe na universalização do uso da Internet, por meio de acessos individuais, públicos, coletivos ou comunitários. Pontos de acesso estão sendo implantados em escolas, hospitais, agências dos correios e escritórios de órgãos federais em todo o território nacional.
- Para combater a fraude e garantir a efetiva chegada dos recursos aos beneficiários, vários programas federais, especialmente os de transferência direta de renda e de saúde, vão adotar o uso de cartões eletrônicos de identificação dos usuários.

Governabilidade e medidas provisórias

O arcabouço do nosso sistema de governo é parlamentarista, porque esta era a tendência predominante quase até o final dos debates da Constituinte em 1988. Quando se sobrepôs a esse arcabouço a autoridade presidencial, o resultado foi um sistema híbrido, que, se não é parlamentar, é congressual. As eleições de 1994 e 1998 produziram amplas maiorias parlamentares para dar respaldo à execução de um programa de governo conduzido por um presidente eleito, ele próprio, por maioria absoluta. As circunstâncias políticas que promoveram essa convergência entre Executivo e Legislativo nem sempre se repetirão. Por isso, a par das reformas destinadas a aprimorar o sistema eleitoral e partidário, é preciso meditar desapaixonadamente sobre as condições de governabilidade, ou seja, sobre a eficácia das respostas que o nosso "presidencialismo congressual" é capaz de dar aos problemas concretos do País.

As reformas da década de 1990 mudaram irreversivelmente o padrão de relacionamento do Estado e da sociedade no Brasil. A intervenção direta do Estado na economia foi drasticamente reduzida pelas privatizações e, na mesma proporção, ganhou importância a capacidade do Estado de estabelecer e aplicar normas adequadas para a atividade privada. Mais que nunca, "governar é legislar", na expressão antiga de Vitor Nunes Leal. Ou seja, a governabilidade pressupõe a capacidade de adotar medidas legais com presteza, sob pena do perecimento de situações que se devem preservar ou promover.

É nesse contexto que o governo quer dialogar com o Congresso sobre o instituto das medidas provisórias. Afastando, desde logo, a hipótese da desnecessária e pouco saudável "queda de braço", é preciso aprimorar as regras constitucionais e regimentais que disciplinam a edição e tramitação das medidas provisórias de modo a coibir o abuso e sacudir a acomodação.

Salta aos olhos de quem examinar as medidas provisórias editadas desde 1988 que muitas delas contêm providências de caráter meramente administrativo. Tratam de matéria que, a rigor, deveria ser disciplinada por atos de exclusiva competência do Executivo, em simetria com o que já ocorre com o Legislativo e o Judiciário. Hoje, por força da ambigüidade presidencialismo-congressualismo que nos rege, providências dessa natureza no âmbito do Executivo dependem de lei e acabam sobrecarregando a pauta do Congresso Nacional.

A demora cada vez maior na deliberação sobre as medidas provisórias tem levado a reedições sucessivas. No correr do tempo, a própria dinâmica política entre parlamentares, governo e sociedade leva eventualmente a modificações do texto original. Disto decorre inconveniente a ser eliminado em nome da segurança jurídica.

Cogita-se acertadamente elencar, na norma constitucional, um certo número de matérias que seriam insuscetíveis de tratamento por medida provisória, dada sua relevância no regramento jurídico do país. Esse método, temático, de limitação não pode conviver com o critério simplesmente cronológico, destituído de racionalidade, inscrito no artigo 246 das Disposições Constitucionais Gerais.

Outra preocupação que a proposta de emenda tramitando atualmente na Câmara deveria trazer, em primeiro lugar, aos próprios parlamentares, é o risco de obstrução da pauta legislativa pelo encadeamento de atos do Poder Executivo: medidas provisórias, urgências constitucionais e vetos.

Finalmente, é preciso reconhecer que as atuais regras regimentais em nada contribuem para que o Congresso se pronuncie sobre os pressupostos constitucionais da medida provisória – a urgência e a relevância. Nem tampouco abrem espaço, na rotina do Parlamento, para as deliberações conjuntas das duas Casas Legislativas.

Lei, transparência e princípios éticos

A exigência de transparência nos atos do poder público cresce a cada dia com o amadurecimento democrático da sociedade brasileira. O Executivo, principalmente, e o Congresso Nacional, são cobrados pela mídia e pela opinião pública. Quanto ao Judiciário, existe uma inquietação crescente sobre a necessidade de reformar, não apenas seus órgãos, mas sobretudo as regras de processo, incluindo limites claros e razoáveis para as decisões na prestação jurisdicional.

Se há matéria sensível hoje à opinião pública é a sensação de impunidade. Daí, contudo, não pode resultar o atropelo das leis e das instituições. Por isso mesmo, requer-se a adaptação das leis ao sentimento da sociedade e a transformação das instituições, sem corporativismo, para que elas possam gozar da confiança da Nação.

O combate à corrupção deve ser contínuo. Tarefa do dia-a-dia, remetendo-se as apurações ao Ministério Público e à polícia para que a Justiça, depois, siga o curso do devido processo legal.

É preciso, no entanto, desmascarar o uso político da denúncia. Para alguns, mais do que a apuração dos fatos, tudo o que importa é atingir os próprios fins oportunistas, ligados a posições de poder e à projeção pessoal. Acusa-se, muitas vezes, sem prova, num clima que falseia quando generaliza, e que terminou por banalizar a denúncia. Prova de manipulação política é que certas denúncias aparecem e desaparecem, explícitas ou veladas, ao sabor das conveniências. A lei e a consciência dos homens de bem exigem que fatos lesivos ao interesse público sejam imediatamente levados ao conhecimento das autoridades competentes, e não guardados para serem usados se e quando a ocasião se apresentar.

A conduta ética, no Estado de direito democrático, requer apuração e condenação de quem errou, mas também requer reparação pública de quem foi vítima de calúnia ou injúria. Assim tem procedido e continuará a proceder este governo, concorrendo para a apuração de desvios e a punição dos responsáveis, mas repelindo a farsa sob falso fundamento ético.

O sistema de controle interno coordenado pela Secretaria Federal de Controle realiza auditorias anuais em todos os órgãos federais e auditorias extraordinárias sempre que necessário. As auditorias levantam não apenas deficiências administrativas, mas também irregularidades na administração do patrimônio e recursos públicos. Cerca de 2 mil auditorias são realizadas anualmente. O resultado de todas as auditorias é comunicado ao Tribunal de Contas da União, assim como são atendidas todas as requisições do Ministério Público Federal, da ordem de 60 por ano. O índice de contas irregulares reduziu-se de 12%, em 1995, para 1%, em 2000.

A Advocacia Geral da União, dentro de sua área de competência, tem trabalhado na mesma direção, seja questionando ações contra o Tesouro Nacional, reduzindo valores que o Tesouro é condenado a pagar, ou fiscalizando a ação dos diversos órgãos de defesa da União. Somente em 2000, a AGU reduziu os montantes a pagar, através de impugnações de cálculos, em cerca de R$ 2,8 bilhões.

As faltas funcionais têm sido apuradas com presteza e punidas com rigor. As demissões a bem do serviço público aumentaram nos últimos anos, especialmente na Previdência Social e na Receita Federal. De 1995 a 2000, foram exonerados por improbidade administrativa 1.781 funcionários.

Não é retórica, portanto, a ação do governo contra a corrupção. É um trabalho permanente, realizado com o objetivo de evitar e recuperar prejuízos e punir os responsáveis, e não de atrair os holofotes da mídia. A exposição de casos recente e insistentemente veiculados resultou desse trabalho, e não de denúncias de terceiros.

Com esta mesma disposição permanente de combate à corrupção, o governo não hesitará em adotar outras medidas que objetivem tornar sua ação ainda mais efetiva.

Como anunciou em setembro do ano passado, o Executivo estará encaminhando em breve ao Congresso Nacional, após consulta pública, uma proposta de emenda constitucional e um projeto de lei complementar que fazem uma ampla reforma dos sistemas de controle interno da administração pública e do controle externo exercido pelos Tribunais de Contas. Entre outras melhorias, os projetos criam um rito mais eficaz para apuração de denúncias e análise das contas, com prazos e obrigação de publicação de pareceres.

Também avançamos, conforme anunciado em setembro, no sentido de traduzir em ações concretas e obrigação legal, para todos os Poderes e todos os níveis de governo, o conceito de controle social. Um verdadeiro choque de transparência está em curso na administração pública, baseado na divulgação ampla das contas e coisas públicas com uso das novas tecnologias de informação. Isto abre caminho para maior participação da sociedade na elaboração dos orçamentos e na fiscalização das ações governamentais, o que concorre para prevenir – melhor que remediar – as irregularidades.

Avançando no maior programa de inclusão social

Avançar no cumprimento do maior programa de inclusão social das últimas décadas é objetivo prioritário da agenda do governo para os próximos dois anos. Em relação aos serviços sociais básicos, a grande meta é universalizar a cobertura e melhorar a qualidade, torná-los mais eficientes e aumentar seu impacto como fator de elevação das condições de vida, de redistribuição de renda e de redução da pobreza.

Educação

A educação é a maior de todas as prioridades da estratégia de transformação social deste governo. Os resultados começam a aparecer. Hoje, 60 milhões de brasileiros de todas as faixas de idade estão estudando, da educação infantil à pós-graduação. A ação do governo nesta área se norteia pelos objetivos de universalização da educação fundamental; expansão do ensino médio, profissional e superior; promoção da eqüidade entre as regiões; e elevação dos padrões de qualidade em todos os níveis de ensino.

Universalização do ensino fundamental e promoção da eqüidade

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF foi o primeiro grande instrumento a permitir que se cumprisse o preceito reafirmado em todas as Constituições republicanas brasileiras: a educação como um direito de todos. Com o FUNDEF, a estratégia do governo privilegiou, inicialmente, as políticas voltadas à expansão da *oferta* de educação a partir do ensino fundamental.

O programa Bolsa-Escola, que acaba de ser criado, é o complemento ideal dessa política. Ele atua sobre a *demanda* por educação, estimulando as famílias a levarem as crianças para a escola. As ações desenvolvidas nos últimos seis anos, sempre em parceria da União com os municípios, preparou o sistema escolar para dar uma resposta positiva e de qualidade ao aumento da demanda.

- O programa Bolsa-Escola dispõe de recursos para beneficiar, neste ano, 10,7 milhões de crianças em todo o País – praticamente todas as crianças das cerca de 5,9 milhões de famílias que estão no piso de renda da sociedade.
- Este é o impulso que faltava para dar a segurança de alcançar, até o final de 2002, a meta de ter praticamente todas as crianças de 7 a 14 anos na escola.
- A meta acima inclui a erradicação de todas as formas perversas e perigosas de trabalho infantil, colocando na escola cerca de 900 mil crianças.

Elevação do padrão de qualidade

Escola boa começa com um bom professor. Dois programas são prioritários para sustentar a expansão do sistema educacional e, ao mesmo tempo, garantir um ensino de melhor qualidade:

- Formação de Professores Alfabetizadores – curso anual de formação, visa a reduzir os índices de repetência, evasão e defasagem idade-série. A meta este ano é formar 40 mil novos professores.
- Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado – são os parâmetros curriculares em ação. Parceria entre o Governo Federal e as secretarias estaduais e municipais,

envolve 2.800 municípios. Tem como objetivo formar 10% dos professores da rede pública de todo o País até 2002.

Merenda escolar e livro didático

- Graças à descentralização, o programa da merenda garantirá em 2001-2002 uma refeição de boa qualidade por dia a 37 milhões de crianças, nada menos do que 22% da população brasileira.
- O programa do livro didático beneficiará 30 milhões de estudantes e 174 mil escolas públicas de ensino fundamental.

A novidade deste ano é a compra de 20,2 milhões de dicionários para todos os alunos de primeira a quarta série do ensino fundamental público.

Educação de jovens e adultos

O Governo Federal está expandindo o Programa de Apoio à Educação de Jovens e Adultos, que destina recursos da União aos governos estaduais e municipais do Projeto Alvorada e ao Alfabetização Solidária. A exemplo do FUNDEF, os recursos serão distribuídos de acordo com o número de alunos atendidos em cada sistema de ensino e serão aplicados obrigatoriamente na remuneração de docentes, ampliação do quadro de professores, formação continuada, compra de material didático e programa suplementar de alimentação.

- Setecentos mil novos alunos de primeira a oitava série serão atendidos em 2001.
- A meta é erradicar o analfabetismo jovem até o final de 2002.

Ensino médio e educação profissional

- A meta de mobilização é dobrar o número de matrículas no ensino médio até 2003 em relação a 1994. Em seis anos, a matrícula no ensino médio aumentou 68% e o número de formandos dobrou.
- O Exame Nacional do Ensino Médio, que avalia os alunos do terceiro ano do ensino médio, inclusive para efeito de acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho, passará a ser gratuito a partir de 2001 para os estudantes das escolas públicas, comunitárias, filantrópicas e cursos supletivos.
- O Programa de Expansão da Educação Profissional já firmou convênios para 172 projetos escolares de educação profissional, em todos os estados. Mais 88 convênios estão previstos até 2002.

No total, o País terá mais um milhão de estudantes em cursos técnicos e básicos profissionalizantes nos próximos dois anos.

A expansão da educação profissional atenderá a uma demanda reprimida de mão-de-obra qualificada. Na área de telecomunicações, por exemplo, existem hoje 35 mil vagas para técnicos esperando ser preenchidas.

Ensino superior

A reorganização do programa de crédito educativo atende ao imperativo de desenvolvimento com justiça social. Os critérios do novo Financiamento Estudantil – FIES levam em conta a avaliação das instituições privadas de ensino superior e a renda e desempenho escolar dos estudantes. Hoje, o programa financia os estudos superiores de 125 mil jovens pobres.

- No primeiro semestre de 2001 o FIES está oferecendo 30 mil novas vagas. No segundo semestre, serão mais 30 mil novas vagas.
- A meta é dobrar o número de estudantes no FIES até o fim do governo.
- O Exame Nacional de Cursos – "Provão", que integra o sistema de avaliação das instituições de ensino superior, começou em 1996 com três cursos e 56 mil graduandos. Em 2001 serão vinte cursos e 232 mil graduandos. Em 2002 serão 23 cursos e 245 mil graduandos, representando cerca de 90% do total de graduandos do País.

Em relação às universidades federais, as tratativas em andamento com o Ministério da Educação prevêem, entre outros pontos:

- expansão contínua da oferta de vagas, com crescimento anual de 10% das matrículas;
- investimentos em infra-estrutura acadêmica de pelo menos R$ 200 milhões, no biênio 2001-2002;
- entrega dos equipamentos para os laboratórios de graduação e hospitais das 57 instituições federais de ensino superior;
- expansão do programa de bolsa de mestrado e doutorado;
- consolidação do programa de periódicos da Capes e do Portal de Acesso Eletrônico a textos completos das revistas científicas nacionais e internacionais.

Educação e inclusão digital

Na educação básica, será dado um passo essencial para enfrentar a exclusão digital. 2.500 escolas públicas já estão equipadas com 25 mil computadores, e existem 244 Núcleos de Tecnologia Educacional funcionando em todo o País.

- Nos próximos dois anos, a meta é montar mais 200 núcleos, para capacitar no uso da informática 1 mil professores multiplicadores e 25 mil professores que atuarão nas escolas.
- O Programa Telecomunidade, recém-lançado, vai instalar computadores e acesso à Internet em 13.227 escolas públicas de ensino médio até o final de 2002, com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST.

Ciência e tecnologia

No início da década de 1980, o Brasil formava pouco mais de 1 mil doutores; em dezembro próximo, estará formando cerca de 5 mil. Este desempenho coloca-nos próximos a países como a Coréia do Sul, Canadá, China, Itália e Suíça. Os fundos setoriais de financiamento à pesquisa científica e tecnológica permitirão outro salto à frente na incorporação de conhecimento ao processo de desenvolvimento nacional. Eles garantem estabilidade do financiamento, priorização de setores estratégicos, seleção competitiva de projetos, gestão orientada para resultados e articulação entre várias áreas do governo, comunidade acadêmica e o setor produtivo.

- Em conjunto, os fundos representarão um acréscimo de R$ 1 bilhão por ano ao orçamento federal de fomento à ciência e tecnologia.
- Em 2001, estarão operando fundos nas áreas de petróleo, energia, recursos hídricos, transportes, mineral, espacial, informática, telecomunicações, interação universidade-empresa (Fundo Verde-Amarelo) e infra-estrutura.
- Serão encaminhadas ao Congresso Nacional propostas de criação de novos fundos, nas áreas de biotecnologia, aeronáutica, saúde e agronegócios.

Uma ampla reforma do sistema federal de apoio à ciência, tecnologia e inovação virá consolidar o conjunto de fundos setoriais e implantar o novo modelo de gestão. Será proposta legislação para:

- permitir regimes de trabalho que estimulem os pesquisadores, inclusive sua ação empreendedora;
- regulamentar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, reforçado com os recursos dos fundos setoriais;
- rever e atualizar os incentivos ao setor privado em atividades de pesquisa e desenvolvimento.

O Programa de Biotecnologia e Recursos Genéticos consolidará a posição do Brasil na vanguarda mundial das ciências da vida e alavancará a criação de empresas nessa área.

- Nos próximos meses, uma rede de 25 laboratórios de todo o país estará concluindo o seqüenciamento genético de mais um organismo.
- Ao todo, cerca de oito redes regionais estarão sendo apoiadas pelo CNPq, envolvendo quase uma centena de instituições e um número expressivo de cientistas.

Outras iniciativas relevantes na área de ciência e tecnologia que merecem destaque:

- Será implantada uma infra-estrutura avançada de redes de computadores – a RNP2 – no suporte à pesquisa e consolidação de novas modalidades de ensino, especialmente de educação à distância. Ela será a ponta de lança da próxima geração da Internet – a Internet 2.
- É fundamental antecipar a necessidade de recursos humanos qualificados em novas áreas e suprir carências já identificadas no perfil de atividade científica e tecnológica nacional. Entre as área prioritárias de formação e fixação, destacam-se a biotecnologia, tecnologias da informação, materiais avançados (ligas, fibra de carbono e compósitos), nanotecnologias, ciências do mar e meio ambiente.
- Além de reforçar a capacidade do CNPq, a partir da implantação dos fundos setoriais, está sendo lançado um novo programa nessa área, chamado de Institutos do Milênio. O objetivo é dar suporte a redes temáticas de pesquisa, que contemplem as grandes prioridades nacionais e as necessidades de reforçar substancialmente a competência em ciências básicas. É preciso pesquisar melhor a Amazônia, o semi-árido brasileiro, a biodiversidade e os diversos aspectos associados ao mar.

Cultura

No período 1995-2000, R$ 450 milhões foram investidos pela lei do audiovisual. Isto possibilitou a produção de 120 filmes de longa metragem, contra apenas 8 nos anos 1992-1994. O renascimento do cinema nacional é só a parte mais visível de um crescimento geral das atividades culturais, possibilitado pela expansão dos recursos do orçamento federal e de incentivos fiscais.

Os investimentos dessas duas fontes na área da cultura em 1995-2000 totalizaram R$ 1,8 bilhão. A política da parcerias do governo com empresas estatais e privadas foi a chave dessa expansão notável. Em 1992-1994, cerca de 340 empresas investiram em projetos culturais com base na legislação federal de incentivos. Em 1995-2000, esse número chegou a 3 mil.

A agenda do biênio 2001-2002 na área da cultura destaca as seguintes ações:

- Serão investidos mais R$ 200 milhões pela lei do audiovisual. A meta é produzir 35 filmes de longa metragem em 2001 e 45 em 2002. Nos próximos meses, o Grupo Executivo da Indústria do Cinema no Brasil concluirá um projeto estratégico de desenvolvimento da indústria cinematográfica que permita sua auto-sustentação no médio e longo prazos.
- Serão implantados 100 centros culturais na periferia das maiores cidades de todo o país, incluindo biblioteca de 3 mil volumes, pontos de acesso à Internet e cursos e oficinas de capacitação artística e cultural a crianças e jovens carentes.
- Até 2003, 90% dos municípios brasileiros deverão ter pelo menos uma biblioteca pública, ligada aos sistemas estadual e nacional de bibliotecas públicas.
- O programa de apoio a bandas musicais, que distribuiu 1.500 *kits* de instrumentos em 1996-2000, prosseguirá em 2001-2002 com a distribuição de 800 *kits*.
- O projeto Monumenta, primeiro programa de financiamento para preservação do patrimônio histórico-cultural brasileiro, cumprirá sua primeira etapa até 2003, com a revitalização dos principais conjuntos patrimoniais urbanos de 27 municípios e investimento de 400 milhões de reais.

Saúde, nutrição e melhoria das condições de vida

O Congresso Nacional aprovou, no ano passado, uma mudança institucional de alcance comparável ao que o FUNDEF teve para a educação. A Emenda Constitucional nº 29 prevê a elevação gradual, até 2004, dos gastos do Governo Federal, dos estados e municípios com atenção para a saúde. É a consolidação do princípio da responsabilidade compartilhada das três esferas de governo nesta área.

- A meta do programa Saúde da Família até 2002 é dobrar sua cobertura, totalizando 70 milhões de pessoas. Isto exigirá a contratação de mais 10 mil equipes, totalizando 20 mil equipes.
- Um avanço importante: cada equipe de Saúde da Família passará a contar com um cirurgião dentista. As prefeituras serão incentivadas a contratar cerca de 10 mil profissionais, para prestar assistência odontológica a mais de 50 milhões de pessoas que hoje não têm acesso a esse serviço.
- Para combater as carências nutricionais, será criado o programa Bolsa Alimentação, que pode beneficiar cerca de 3,5 milhões de pessoas – praticamente todo o universo de crianças até 6 anos de idade, gestantes e nutrizes em situação de risco nutricional ou desnutridas. O programa fornecerá recursos para suprir cerca de 40% das necessidades calóricas de gestantes e nutrizes e 70% das necessidades das crianças.
- Feito notável deste governo, os genéricos terão seu número aumentado para pelo menos 320 medicamentos, todos constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – Rename.
- A Assistência Farmacêutica Básica terá o dobro de recursos e de clientela atendida. Serão distribuídos os medicamentos mais utilizados nos Programas Municipais de Atenção à Saúde da População Idosa, beneficiando 12 milhões de pessoas.

- Outra iniciativa, que garante ao Brasil a condição de modelo para o mundo, o programa de controle das doenças sexualmente transmissíveis – DST/AIDS tem como meta, nos próximos dois anos, evitar a expansão da doença, o que já vem conseguindo. Para tanto, serão distribuídos 1,2 bilhão de preservativos e realizadas 80 campanhas educativas nacionais de prevenção.
- A qualidade e a eficiência do SUS terão avanços importantes. Entre as principais metas, são consideradas ações prioritárias a emissão de cerca de 100 milhões de cartões para atendimento no sistema, cobrindo mais de mil municípios, e a aquisição de mil novas máquinas de hemodiálise.
- Com R$ 300 milhões do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST serão implantadas centrais de regulação de consultas e de vagas hospitalares no SUS; centrais de informação do tipo Disque Saúde; gestões municipais do Sistema de Informação de Saúde; novas centrais de transplante de órgãos e informatização das unidades de apoio ao serviço de telemedicina – universidades, hospitais especializados e centros de referência.
- Graças aos investimentos do projeto REFORSUS, será possível equipar e modernizar a gestão de mais de mil unidades de saúde, entre hospitais, hemocentros e laboratórios, além de garantir o aparelhamento de unidades de saúde que dispõem de equipes de saúde da família.
- Também nos próximos dois anos, serão implantados vinte Centros de Alta Complexidade em Oncologia, com oferta de radioterapia, de forma a garantir o atendimento adequado a mais de 14 milhões de brasileiros.
- Na luta pela universalização do acesso aos serviços de saúde, o Governo Federal vai acelerar o processo de interiorização. Cerca de 500 municípios do interior do País e 5 milhões de pessoas que nunca tiveram acesso à assistência médica serão beneficiados com a fixação de médicos e enfermeiros, em localidades com dificuldade para a contratação desses profissionais.
- Cerca de 75% das internações hospitalares estão relacionadas à falta de saneamento. A ampliação desses serviços é fundamental para a redução da mortalidade infantil. No período 2001-2002, estão previstos investimentos de R$ 2,6 bilhões, para garantir abastecimento de água, rede de esgotos e melhorias sanitárias a 2,5 milhões de famílias, sobretudo nos 2.318 municípios cobertos pelo Projeto Alvorada.
- A fim de reduzir as desigualdades regionais, haverá maior aporte de recursos para ampliar a oferta de assistência ambulatorial e hospitalar nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
- Na área legislativa, a tarefa prioritária é aprovar o projeto de lei que regulamenta a atenção para a saúde mental no país.

Políticas para as áreas metropolitanas

As aglomerações urbanas são pólos de atração pelo que oferecem de bom: ampla gama de serviços públicos, acesso a bens culturais, oportunidades de emprego e renda, um dinamismo econômico que se propaga por todo o País. Tornaram-se, ao mesmo tempo, áreas onde se concentram alguns dos grandes problemas sociais do País. O Governo Federal, dentro das competências que a Constituição lhe atribui, tem atuado para tornar as grandes cidades brasileiras competitivas e atraentes para os investimentos, assim como para melhorar as condições de vida dos seus moradores.

- Nos últimos seis anos, investimentos pesados em infra-estrutura urbana tiveram recursos do orçamento federal, do BNDES e da Caixa Econômica Federal: melhoria da infra-

estrutura turística de lazer e de negócios; construção e ampliação de aeroportos; modernização do transporte ferroviário de passageiros; grandes obras viárias, como o Rodoanel, em São Paulo; projetos específicos em algumas áreas metropolitanas (Vitória, Teresina, Curitiba), denominados "projetos multi-setoriais integrados".

- Na área de habitação e saneamento, projetos importantes foram executados ou estão em andamento em quase todas as capitais brasileiras com financiamentos da CEF e de instituições financeiras internacionais, com aval da União.
- Os programas sociais federais de caráter universal, como quase todas as iniciativas nas áreas de educação e saúde e de transferência direta de renda, têm grande impacto também nas regiões metropolitanas.

Habitação e saneamento

Melhorar as condições nessas aglomerações exigirá das três esferas de governo, nos próximos anos, um forte conjunto de ações voltadas para diminuir os déficits habitacionais e de saneamento e garantir segurança da posse e dignidade humana aos moradores dos assentamentos informais (favelas, loteamentos clandestinos).

- Um novo Programa de Melhorias em Áreas Metropolitanas, a ser anunciado, articulará ações de infra-estrutura, regularização fundiária, serviços sociais básicos, geração de trabalho e renda e promoção da cidadania voltadas para as populações pobres afetadas por mega-projetos urbanos. O programa disporá de R$ 700 milhões na primeira etapa de sua implementação.
- Dois projetos de lei a serem submetidos ao Congresso Nacional criarão instrumentos para um mutirão nacional de regularização de assentamentos informais. Um projeto tratará da regulamentação de dispositivo constitucional sobre a aquisição de área urbana, de propriedade privada, por usucapião. Outro, da regularização de ocupações, para fins residenciais, de terrenos urbanos de propriedade pública, usando o instituto da concessão de direito real de uso.

Com um título legal de propriedade, pessoas hoje marginalizadas se habilitarão a obter crédito para adquirir bens duráveis, reformar a própria casa ou abrir um pequeno negócio.

- Outro projeto a ser submetido ao Congresso Nacional alterará preceitos da Lei das Incorporações. Cada incorporação será caracterizada como um "patrimônio de afetação", mediante a segregação contábil e jurídica de cada empreendimento. Além de aumentar a segurança dos compradores, a proposta terá outros dois efeitos positivos relevantes: tornar facultativo o seguro de término de obra e substituir com menores custos e menos burocracia a criação de sociedades de propósito específico (SPE), requerida pelas instituições financeiras para liberação de financiamento a incorporadores.
- A fim de facilitar a aquisição da casa própria por um segmento crescente da população, o Sistema Financeiro da Habitação passará por uma profunda revisão, que dirija os incentivos governamentais diretamente aos mutuários e elimine os descasamentos de passivos e ativos e outras distorções que hoje entravam a expansão do sistema.
- O governo redobrará esforços pela aprovação do projeto de lei que reestrutura e moderniza o setor de saneamento no país. Ele é a base para a formulação de uma política pública de saneamento que definirá metas de expansão e estabelecerá o regime de concessão e a estrutura tarifária dos serviços de água e esgoto. Isto é indispensável para assegurar a eficiência, a eqüidade, o uso racional dos recursos naturais e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços. O projeto atribui à União a formulação

da Política Nacional de Saneamento, mediante a integração das políticas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento urbano e recursos hídricos.
- Os investimentos em saneamento administrados pela CEF poderão chegar a R$ 2 bilhões em 2001 e a R$ 1,7 bilhão em 2002, beneficiando uma população estimada em cerca de 16,5 milhões de pessoas.
- Em habitação, os investimentos previstos chegam a R$ 5,6 bilhões em 2001 e a R$ 6,3 bilhões em 2002, para construção de 670 mil moradias atendendo a 3 milhões de pessoas.

O cumprimento dessas metas dependerá do impacto que terá sobre as disponibilidades do FGTS a definição da forma de repor os índices aplicados às contas vinculadas dos trabalhadores, por ocasião dos Planos Verão e Collor I, em atendimento à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Transporte de massa

Investimentos prioritários em transportes terão efeito positivo direto nas áreas metropolitanas:

- Desde 1995, foram reformados, ampliados ou construídos mais de 50 aeroportos em todo o País, entre os quais os de Belém, Fortaleza, Porto Seguro e Curitiba. Até 2002, serão concluídas as obras de construção/ampliação dos aeroportos de Salvador, Porto Alegre, Palmas, Recife e Porto Velho.
- Nos sistemas de trens metropolitanos, as prioridades são: concluir o trecho Sapucaia/São Leopoldo, na região de Porto Alegre; trechos TIP/Timbi e Recife/Cajueiro Seco, em Recife; trecho São Gabriel/Via Norte, em Belo Horizonte.
- Está em estudo a viabilidade de outros investimentos importantes, como a extensão do metrô do Rio de Janeiro até Niterói.

Segurança pública

O aumento da criminalidade e da violência causa enorme inquietação, sobretudo nas áreas metropolitanas. Em sentido estrito, a segurança pública é uma questão basicamente estadual. É o que estabelece a Constituição e o que evidencia a própria distribuição dos contingentes policiais no País: as polícias estaduais (civis e militares) totalizam cerca de 200 mil homens, enquanto a Polícia Federal não ultrapassa 7 mil homens.

Dentro da sua esfera de competência, o Governo Federal tem priorizado o combate à lavagem de dinheiro, que é o pulmão financeiro do crime organizado. Modificações na legislação aplicável foram propostas e aprovadas, nos últimos anos, visando a diminuir a vulnerabilidade do sistema bancário nacional. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF foi criado para coordenar as ações da Polícia Federal, da Receita e do Banco Central. Novas iniciativas serão tomadas nesse campo:

- implementação dos dispositivos da Convenção das Nações Unidas para o Combate ao Crime Transnacional Organizado e de seus protocolos adicionais sobre tráfico de armas, de pessoas e de imigrantes;
- apoio à Polícia Federal e à Interpol para aparelhamento, treinamento, montagem de laboratórios e incorporação de tecnologias para o combate ao crime organizado;
- gestões junto à ONU, OEA e Mercosul para adoção de medidas conjuntas contra o tráfico de armas.

Nos últimos seis anos, o Governo Federal repassou aos estados e ao Distrito Federal recursos para a construção e reforma de 261 presídios. A gravidade e complexidade da questão da segurança pública exigem, no entanto, mais empenho da parte de todas as esferas do poder público. No ano passado, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Segurança e o Fundo correspondente, destinados a estreitar a cooperação com os governos estaduais na prevenção da violência e repressão à criminalidade. O plano articula 47 programas sociais do Avança Brasil, concentrados nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória e Recife. Envolve parcerias do Governo Federal com os Poderes Legislativo e Judiciário, governos estaduais, municipais, organizações não-governamentais e empresas. Num projeto-piloto, o policiamento no entorno do Distrito Federal foi substancialmente reforçado. Mais recentemente, São Paulo pôde receber, através do mesmo programa, um adicional de R$ 31 milhões para a construção de presídios.

O Fundo Nacional de Segurança Pública disporá de R$ 900 milhões por ano no biênio 2001-2002, destinados a treinamento de instrutores, reaparelhamento das polícias, sistemas de acompanhamento, intensificação do policiamento ostensivo e implantação de polícia comunitária. Destacam-se as seguintes ações no âmbito do Plano Nacional de Segurança:

- implementação, mediante convênio com os governos estaduais, do Sistema Nacional de Informações de Justiça e de Segurança Pública, que viabilizará o intercâmbio em tempo real de informações para o combate ao crime. O sistema poderá vir a integrar outros países, especialmente do Mercosul;
- implantação de um banco de dados com indicadores criminais e de desempenho policial;
- disponibilização para os estados de um sistema informatizado de boletins de ocorrência policial, dados estatísticos e análises criminais;
- início da avaliação sistemática das políticas de segurança pública, permitindo a premiação e divulgação para todo o País de experiências inovadoras bem sucedidas.

As seguintes iniciativas serão tomadas no sentido de intensificar o apoio federal à melhoria do sistema penitenciário:

- construção de uma unidade para presos por crimes federais e à espera de extradição no Distrito Federal e unidades para presos federais em 5 estados;
- parceria com os governos estaduais, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados, universidades e organizações da sociedade civil para a realização de Mutirões Judiciários de revisão e acompanhamento da execução penal;
- conclusão da implantação do Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, interligando os 860 estabelecimentos do País ao Ministério da Justiça;
- apoio aos estados para a qualificação de diretores, administradores e guardas penitenciários.

No plano legislativo, as seguintes propostas devem merecer atenção especial:

- Tramita no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional que cria a Guarda Nacional, destinada à proteção de bens e serviços da União em todo o território nacional. O governo acompanhará atentamente a discussão dessa inovação e estudará alternativas para o emprego da corporação em situações críticas no campo da segurança pública.
- Também merece discussão Proposta de Emenda Constitucional em tramitação que autoriza as guardas municipais, mediante convênio com os estados, a executar serviços de policiamento ostensivo e preventivo.

Por fim, o governo se empenhará pela aprovação de projetos de lei que limitem ou proíbam o comércio e uso de armas de fogo no País.

Direitos humanos

O governo vê a promoção dos direitos humanos como um componente fundamental – de modo algum antagônico – das políticas de redução da violência e da criminalidade. As seguintes ações nessa área terão prioridade na agenda federal em 2001-2002:

- implantação do serviço civil voluntário em todos os estados;
- implantação de serviços de disque-denúncia de violação de direitos humanos;
- ampliação do Sistema Nacional de Assistência a Vítimas e a Testemunhas, com a implantação de mais seis Programas Estaduais de Proteção a Testemunhas e Vítimas Ameaçadas e outros cinco centros de apoio a vítimas de crimes;
- criação, instalação, institucionalização e fortalecimento de Conselhos da Mulher, estaduais e municipais;
- promoção, em âmbito nacional, da uniformização das ações de combate à violência contra a mulher, com os diversos órgãos que atuam na área.

Trabalho e emprego

A melhora do mercado de trabalho, impulsionada pela recuperação da atividade econômica desde o fim de 1999, facilita a assimilação pelos empregadores do aumento do salário mínimo nacional para R$ 180 e a adoção de pisos salariais mais elevados pelos estados, usando a competência que lhes foi delegada por lei complementar de iniciativa do Executivo federal no ano passado.

A agenda do governo para o biênio 2001-2002 na área de trabalho e emprego inclui as seguintes prioridades:

- O serviço de Intermediação de Mão-de-Obra cobre todo o País e é uma importante política de fomento ao emprego. Cerca de 1,9 milhão de trabalhadores foram realocados entre 1995 e 2000. Em 2001, estima-se que serão 700 mil os beneficiados pelo serviço, atendimento que deve ser aumentado em 10% em 2001.
- Cerca de 26 milhões de trabalhadores receberam seguro-desemprego entre 1995 e 2000. Em 2001 estima-se que serão atendidos 4 milhões de trabalhadores. A melhora do mercado de trabalho deve manter esse número estável ou declinante em 2002.
- O Abono Salarial, que representa um décimo-quarto salário para os trabalhadores cuja remuneração média mensal ficar abaixo de dois salários mínimos no ano de referência, tem beneficiado em média 5 milhões de trabalhadores nos últimos seis anos. A previsão é de 5,7 milhões de beneficiados em 2001 e 5,8 milhões em 2002.
- O Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT deve alcançar 11 milhões de beneficiados em 2002, contra uma média anual de 7,8 milhões de 1995 a 2000.
- O Programa Brasil – Gênero e Raça, introduzido em 1997, está sendo implementado por meio de Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Combate à Discriminação no Emprego e na Profissão, junto às Delegacias Regionais do Trabalho. Os núcleos apuram todas as denúncias de discriminação no trabalho, e têm conseguido resolver mais de 90% delas de forma negociada. A meta é que eles estejam funcionando junto a todas as delegacias e subdelegacias do trabalho até o fim de 2002.

- As ações voltadas à ampliação das oportunidades de emprego e renda continuarão a ter no PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – um forte instrumento de apoio. A meta traçada é capacitar 9 milhões de trabalhadores no biênio 2001-2002.
- Por meio do PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda – estão previstas 244 mil novas operações de crédito, em 2001, com recursos de R$ 1,39 bilhão. Em 2002, a meta é expandir em 10% tanto o número de operações quanto o volume de recursos.

Um conjunto de medidas com o objetivo de modernizar as relações de trabalho, flexibilizando-as sem desproteger o trabalhador, vem sendo implementado e deverá ter avanços nos próximos dois anos. Algumas dessas medidas são indicadas mais adiante neste documento.

Agricultura familiar e acesso à terra

O Programa de Reforma Agrária manterá o mesmo ritmo de assentamentos até 2002. A meta é assentar em média 100 mil famílias por ano, patamar alcançado a partir de 1998. Assim, em oito anos, perto de 700 mil famílias terão recebido seu lote.

Para cumprir esse compromisso, conta-se com outra inovação importante deste governo, que foi a criação do Banco da Terra.

- Em 2001, o orçamento do Banco da Terra é de R$ 500 milhões, recurso suficiente para financiar o acesso à terra a 30 mil famílias. No final do ano passado, foram aprovados pelo Banco Mundial R$ 500 milhões destinados ao Fundo de Terras, para aplicação até 2003.

Além do instrumento clássico de distribuição de terras, a reforma agrária vai avançar, nestes dois anos, enfatizando as ações complementares e integrando o programa de assentamentos aos planos de desenvolvimento local. O governo reafirma, assim, a prioridade à agricultura familiar. Primeiro programa do País voltado para esse segmento, o PRONAF possibilitou a inserção dos pequenos agricultores no agronegócio, até então dominado pelo patronato rural.

- O PRONAF começou com R$ 93 milhões em 1995. Conta hoje com R$ 4,13 bilhões destinados ao crédito rural para a safra 2000/2001, e tem capacidade para assinar 1,6 milhão de contratos anuais, até 2002, em 2 mil municípios.

Nos próximos dois anos, também serão prioritárias a criação e a consolidação de novas iniciativas de reestruturação fundiária, tendo como princípios a descentralização, a participação, as ações integradas, a emancipação dos assentados e a diversificação dos instrumentos e modelos de democratização do acesso à terra. Entre as principais iniciativas, destacam-se:

- integrar 50 mil assentados ao programa de Educação de Jovens e Adultos;
- garantir acesso direto à terra com atendimento, via correio, de 200 mil famílias. Em apenas três meses de funcionamento do Programa de Acesso Direto à Terra, mais de 100 mil pessoas procuraram as 12 mil agências dos Correios, em todo o país, para fazer sua inscrição e assegurar uma parcela de terra. Os candidatos aprovados podem escolher se querem financiamentos do Banco da Terra ou da Reforma Agrária;
- universalizar a cobertura da rede elétrica em projetos de assentamento até 2003 com o programa Luz no Campo;
- instalar telefones em todos os projetos de assentamento com mais de cem famílias;
- construir 150 mil habitações rurais em regime de mutirão;

- investir R$ 16 milhões na formação de consórcios, capacitação e treinamento de agricultores familiares para a exportação;
- emancipar 100 mil famílias e dar titulação a outras 110 mil famílias.

Previdência e Assistência Social

O principal desafio da Previdência Social hoje no Brasil é o aumento da cobertura. No setor privado, 40 milhões de pessoas – 60% da população ocupada – não estão cobertas pelo sistema.

O Programa de Estabilidade Social foi criado para enfrentar esse problema. Em vez de esperar que o trabalhador tome a iniciativa de se inscrever na Previdência, os agentes do programa atuam junto aos setores mais desprotegidos da sociedade.

- Em apenas um ano, o Programa de Estabilidade Social registrou 1,8 milhão de novas inscrições, das quais 1,2 milhão de mulheres. A meta para 2001 é chegar a 2,7 milhões de novos segurados.

A Previdência Rural, que responde por cerca de um terço dos benefícios previdenciários, também exigirá atenção, tendo em vista a necessidade de adequar a sistemática de contribuição do setor rural e incentivar a formalização da mão-de-obra. Projetos de lei dispondo sobre a sistemática de contribuição dos produtores rurais, pessoas físicas, jurídicas e agroindústria e sobre os segurados especiais foram encaminhados ao Congresso Nacional.

Nos próximos dois anos, também será necessário aprovar um novo marco legal do sistema de previdência complementar, que aumente sua atratividade e credibilidade, estimulando seu crescimento.

- Tramitam no Congresso Nacional três projetos de lei que regulamentam o regime de previdência complementar.

  Um projeto moderniza e atualiza a legislação que regula o regime de previdência complementar, com o objetivo de ampliar e democratizar o acesso da população ao sistema. Novos conceitos são incorporados, como portabilidade e benefício diferido; institui-se o resseguro ou fundo de solvência; e cria-se a figura do instituidor e de fundos multipatrocinados.

  Os outros dois projetos referem-se à previdência no âmbito do setor público.

- No regime geral de previdência, o grande avanço será desobrigar o segurado do ônus da prova para a aposentadoria. Não será mais preciso apresentar documentos, nem mesmo para comprovar a contagem do tempo de contribuição, cabendo à Previdência a responsabilidade pelas informações. Isto vai aumentar muito a agilidade do atendimento e coibindo as fraudes.
- Em relação à qualidade do atendimento, este governo está mudando a imagem da Previdência. A próxima meta é implantar, em 2001, mais 255 postos com serviços integrados em um único local e quiosques de auto-atendimento.
- Além de inovações tecnológicas, as novas unidades contam com servidores especialmente treinados. Em 2001, serão capacitados mais onze mil funcionários.

Desde janeiro, a Previdência também passou a oferecer ao trabalhador acesso a todos os dados de sua vida profissional com a implantação do PrevCidadão. O serviço pode ser consultado na página da Previdência na Internet e nos terminais de auto-atendimento instalados nas agências.

- No âmbito da assistência social, o Programa de Benefício de Prestação Continuada terá, em 2001, R$ 2,48 bilhões. A meta é garantir um salário mínimo mensal a um milhão e 450 mil pessoas portadoras de deficiência e idosos com 67 anos ou mais sem meios de subsistência. Em 2002, serão R$ 3 bilhões e mais 230 mil novos beneficiários. Nesse período, 600 mil benefícios concedidos há mais de dois anos passarão por uma revisão, para verificar se persistem as condições exigidas pelo programa.
- Por meio da rede de serviços assistenciais de ação continuada, existente em 3.500 municípios, a Secretaria de Assistência Social tem como metas atender, até 2002, 1,84 milhões de crianças de zero a seis anos, 467 mil idosos e 168 mil pessoas portadoras de deficiência.
- O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI chegará ao final de 2002 tendo cumprido seu objetivo que é o de beneficiar diretamente cerca de 900 mil crianças e adolescentes retirados do trabalho em atividades perigosas, penosas, insalubres e degradantes. Com a Bolsa-Escola e o PETI, o Governo Federal reafirma o compromisso de erradicar o trabalho infantil nos próximos dois anos.
- Voltado aos adolescentes de 15 a 17 anos em situação de risco social, o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano se propõe a dar uma bolsa mensal de R$ 65 a 50 mil jovens, até o final deste ano. Em dezembro de 2002, a meta é chegar a 100 mil, que correspondem a 40% do universo de jovens em situação de risco social. Para cumpri-la, o governo conta com maior participação da iniciativa privada.

Projetos integrados de combate à pobreza

As ações integradas do Governo Federal – uma inovação institucional importante para tornar o gasto social mais eficiente e melhor focalizado – seguem duas grandes linhas, representadas pelo Projeto Alvorada e pelo Programa Comunidade Ativa, os dois com atuação diferente, mas com o mesmo objetivo: combater a exclusão social.

O Projeto Alvorada atende à necessidade de um gerenciamento intensivo nas diversas ações e programas federais de infra-estrutura social, capazes de melhorar a condição de vida nos municípios mais carentes. Também atuando nos municípios mais pobres do país, o Comunidade Ativa tem por objetivo induzir o processo de desenvolvimento local integrado e sustentável, por meio de parcerias e a partir de uma agenda definida pela própria comunidade.

Integrados e complementares, dois outros programas também lutam contra a exclusão: o Comunidade Solidária e o Brasil Empreendedor. Articulando parcerias com o setor privado, as organizações não-governamentais e as universidades, o Comunidade Solidária desenvolve três grandes programas: Alfabetização Solidária, Universidade Solidária e Capacitação Solidária. O Brasil Empreendedor dedica-se a apoiar a micro, pequena e média empresa, com a criação e manutenção de postos de trabalho e geração de renda (ver item "Micro, pequena e média empresa", p. *).

Projeto Alvorada

Espécie de guarda-chuva para todos os principais programas e ações de combate à pobreza, o Projeto Alvorada foi desenhado tendo como objetivo reduzir as desigualdades regionais pela melhoria das condições de vida nas áreas mais carentes do Brasil.

Os princípios básicos do projeto são: gerenciamento intensivo; focalização dos programas; priorização dos municípios; compromisso com resultados. Eles foram definidos tendo em vista a determinação de melhorar efetivamente, no menor tempo possível, as condições de vida das populações mais carentes.

Na primeira etapa do projeto, o alvo são os 14 estados com índice de desenvolvimento humano inferior à mediana do país. Na segunda etapa, as 57 microrregiões e 389 municípios com baixo IDH, mas situados em estados com índice acima da mediana.

O Fundo de Combate à Pobreza, criado por emenda constitucional de iniciativa do Congresso Nacional, será um complemento substancial para a custeio do projeto.

- As ações indicadas na primeira etapa, denominada Plano de Apoio aos Estados Com Menor Desenvolvimento Humano, contam, no período 2000-2002, com recursos previstos de R$ 11,6 bilhões, dos quais R$ 4,2 bilhões virão do Fundo de Combate à Pobreza. São ações nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento socioeconômico, incluindo os programas de saneamento e Bolsa-Escola mencionados anteriormente.
- Na segunda etapa do projeto, chamada de Infra-estrutura Social Básica para Microrregiões e Municípios Carentes, os recursos para os próximos dois anos são de R$ 1,7 bilhão: R$ 1,1 bilhão do Orçamento da União e R$ 600 milhões do Fundo de Combate à Pobreza.

Comunidade Ativa

Um passo adiante na política de combate à pobreza e à exclusão social está sendo dado com o Programa Comunidade Ativa, criado em 1999 pela Comunidade Solidária.

Com uma concepção profundamente inovadora, na qual não se separa o desenvolvimento econômico do desenvolvimento social, a ênfase do Comunidade Ativa é no capital humano e social, no capital empresarial e no acesso à informação. A sinergia entre políticas públicas em nível local deve dar a partida num processo contínuo de mobilização da comunidade que, em pouco tempo, não dependa mais do governo para se manter e se ampliar.

- Até o final de 2001, 15 mil lideranças comunitárias e representantes dos fóruns populares de decisões passarão por programas de capacitação.
- A principal meta é, até dezembro de 2002, atender de forma articulada mais de dez mil itens de agendas locais decididas pela população dos municípios vinculados ao programa. Desses itens, o Governo Federal responsabiliza-se por 35% das ações, os estados por 33%, os municípios por 21% e o Sebrae pelos restantes 11%.
- Predominam nas agendas locais atividades vinculadas à agricultura, ao aperfeiçoamento da agricultura familiar, agroindústrias, turismo, saúde, saneamento, gestão ambiental e programas educacionais, de capacitação de mão-de-obra e infra-estrutura. A meta é atingir pelo menos mil municípios até 2002.

Programas de transferência direta de renda

Em diversos pontos deste documento, foram mencionados programas federais que transferem renda diretamente para famílias e para pessoas. Este é um aspecto pouco conhecido ou pouco destacado da política social brasileira. Uma parte importante das transferências diretas são benefícios baseados em contribuições prévias, como as contribuições para o INSS. Outra é a transferência de renda sem contrapartida direta ou proporcional de contribuições, como a aposentadoria rural.

Por sua importância no combate às desigualdades, na redução da pobreza e na cobertura em situações de emergência, o Governo Federal continuará a dar integral atenção a esses programas. Sua focalização será acentuada, seu gerenciamento melhorado e o acesso das pessoas e das famílias aos benefícios facilitado, com a utilização de cartões eletrônicos de identificação.

O Brasil tem hoje seis grandes programas de transferência direta de renda no âmbito do Governo Federal, a metade deles criada nos últimos seis anos:

- a renda mensal vitalícia e os benefícios para idosos e portadores de deficiência, consagrados na Lei Orgânica da Assistência Social, implementada neste governo;
- o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; e
- a Bolsa-Escola, os dois também criados nesta gestão;
- o seguro-desemprego;
- o abono salarial; e
- a Previdência Rural, talvez o maior programa agrário e de renda mínima do mundo.

Estima-se que pelo menos 35 milhões de pessoas se beneficiem diretamente desses programas. Ao todo, eles vão movimentar, em 2001, R$ 23 bilhões. Em 2002, a transferência terá valores superiores a R$ 25 bilhões.

Infra-estrutura para a integração nacional e a competição internacional

As iniciativas federais na área de infra-estrutura compreendem centenas de obras, das quais algumas são destacadas aqui por seu caráter estratégico ou estruturante. As obras previstas na Lei Orçamentária e no Avança Brasil terão curso normal em 2001-2002.

A expansão e modernização da infra-estrutura econômica é um dos pilares da agenda do governo para o biênio 2001-2002. Essa estratégia, que articula e estrutura os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, está orientada para a construção do desenvolvimento sustentável no sentido mais amplo. Os eixos não são apenas corredores de exportação, mas uma visão integrada e dinâmica do processo de desenvolvimento, que inclui a infra-estrutura, mas considera principalmente as questões sociais, ambientais e de informação e conhecimento nos espaços do território nacional.

O objetivo principal é preencher as lacunas de infra-estrutura necessárias para integrar o País interna e externamente, de modo a fortalecer o mercado interno, reduzir custos de produção e comercialização e aumentar a competitividade da economia, contribuindo para a redução das disparidades regionais. Para que isso aconteça, é preciso garantir a realização de um conjunto de projetos estratégicos que, além de completar elos de infra-estrutura e melhorar as condições sistêmicas da economia, viabilizarão uma multiplicidade de outros investimentos públicos e privados que irão sustentar a dinâmica do crescimento econômico.

Os projetos estratégicos na área de infra-estrutura absorverão, somente em 2001, em torno de R$ 23 bilhões em recursos públicos e privados. A iniciativa privada terá um papel cada vez mais importante na construção da infra-estrutura econômica, ficando reservadas ao Estado principalmente as funções de regulação e fiscalização. Do total a ser gasto nos projetos estratégicos de infra-estrutura em 2001, somente R$ 3 bilhões virão dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Os R$ 20 bilhões restantes deverão ser aportados por empresas estatais, estados, municípios e investidores privados.

Transportes

Os projetos estratégicos darão continuidade às realizações do programa Brasil em Ação, fortalecendo a integração com os países vizinhos e promovendo a redução do custo de transporte de cargas em todas as regiões.

- No extremo Norte, a pavimentação das rodovias BR-401 e BR-156 ligando o país com a República da Guiana e a Guiana Francesa, completará, até 2002, o processo de integração com os países da fronteira Norte, iniciado com a construção da BR-174, que liga Manaus à Venezuela.
- A pavimentação de trechos das BR-364 e BR-317, no Acre, BR-070, no Mato Grosso, e BR-267, no Mato Grosso do Sul, aprofundará o processo de integração na fronteira Oeste.
- Na região Norte, também serão pavimentadas a BR-230, entre Marabá e Altamira, a BR-364, entre Sapezal e Comodoro, e será ampliada a pavimentação da BR-163.
- Uma das maiores obras de duplicação em andamento no mundo, a rodovia do Mercosul, cujo trecho entre São Paulo e Florianópolis deverá estar concluído até o final de 2002, vai

melhorar a integração do País com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. As obras do trecho entre Florianópolis e Osório estarão em plena execução no mesmo período.

- Na mesma região, pavimentaremos a BR-282, articulando o oeste de Santa Catarina à rodovia do Mercosul.
- No Nordeste, a duplicação até 2002 das rodovias BR-232 – Recife/Caruaru, BR-116 – Fortaleza/Pacajus, e o início da duplicação da BR-230 – João Pessoa/Campina Grande e da BR-101, entre Natal e a divisa Alagoas/Sergipe, os portos de Pecém e Suape e a Hidrovia do São Francisco são exemplos de obras de elevado efeito multiplicador na atração de investimentos para a região. A duplicação da BR-101 trará forte impulso para o desenvolvimento do turismo no Nordeste, da mesma forma que a ampliação dos aeroportos de Salvador e do Recife.
- O Centro-Oeste terá o seu desenvolvimento acelerado por obras como a duplicação da rodovia Brasília/Goiânia/Itumbiara/Monte Alegre, ampliação das ferrovias Ferronorte, no trecho Alto Taquari/Rondonópolis, e Norte-Sul, entre Palmeiras do Tocantins e Estreito. A agricultura e a agroindústria da região serão fortemente favorecidas pelos investimentos na hidrovia Araguaia-Tocantins. A eclusa para a transposição da barragem de Tucuruí está entre as ações prioritárias.
- Reduzindo custos do transporte de cargas em todo o País, será concluído até 2002 o trecho Oeste do Rodoanel de São Paulo. No mesmo prazo, serão concluídas as obras de duplicação da rodovia Fernão Dias e estarão sendo executadas as obras do acesso rodoviário ao Porto de Sepetiba. Além disso, 16.000 km de rodovias federais serão recuperados em todo o País.

Energia

- Para sustentar uma economia em franco crescimento, serão realizados investimentos que elevarão em 11.000 MW a capacidade de geração de energia elétrica até 2002, envolvendo a conclusão ou ampliação de 15 hidrelétricas e mais de 20 termelétricas.
- Serão construídos cerca de 7.000 km de linhas de transmissão de grande porte mediante concessões ao setor privado.
- Somente a Petrobras investirá R$ 13 bilhões por ano em petróleo e gás natural no biênio 2001-2002.
- Ao final de 2002, deveremos atingir as metas de produção média diária de 1,58 milhões de barris de petróleo e 46,4 milhões de metros cúbicos de gás natural, caminhando para a auto-suficiência.
- A infra-estrutura de transporte de gás natural será ampliada com o gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre, até 2002, e os gasodutos Coari-Manaus, Urucú-Porto Velho e Cabiúnas-Tubarão até 2003.

Telecomunicações

O Brasil já fez um revolução nas telecomunicações e essa revolução terá seqüência nos próximos dois anos. Implantamos uma agência reguladora forte, ampliamos a competição na prestação de serviços e estamos fiscalizando as metas de universalização assumidas pelas empresas.

- Os investimentos privados no setor alcançarão cerca de R$ 75 bilhões no período de 2000-2003.
- Até 2003, o número de acessos na telefonia fixa, que era de menos de 14 milhões em 1994, vai atingir 45 milhões.

- O número de telefones públicos em serviço, quando era de apenas 340 mil em 1994, chegará a mais de 1,2 milhões.
- No sistema móvel celular, praticamente inexistente no início deste governo, a quantidade de telefones celulares saltará para 58 milhões até 2005.
- Números e avanços similares são registrados nos serviços de TV a Cabo, TV por assinatura e radiodifusão.
- Está em implantação a Agência Nacional de Serviços de Correios, que acompanhará o modelo de gestão pública que privilegia a função reguladora e fiscalizadora do Estado, sem perder de vista obrigação de manter o serviço postal com caráter de universalidade e continuidade.

O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, entre outros projetos, proporcionará 49.000 acessos de telecomunicação em estabelecimentos públicos de ensino e bibliotecas, a implantação de 72.000 acessos em instituições de saúde pública e a extensão dos serviços telefônicos às pequenas comunidades, com até 100 habitantes.

Este é um dos mais importantes componentes da agenda de desenvolvimento do setor de tecnologias da informação. Com a recente aprovação da nova Lei de Informática, e com os avanços na universalização e nas ações de governo eletrônico, criamos um mercado significativo, capaz de atrair um grande volume de investimentos para o País. Os próximos passos são definir políticas nacionais para *software* e microeletrônica, atrair para o País as atividades de pesquisa realizadas pelas grandes empresas, trabalhar na redução do déficit comercial do segmento de componentes e na ampliação de nossas exportações. Essas ações devem também levar em conta o papel sistêmico que esse setor desempenha para a sociedade, ao afetar a produtividade do conjunto da economia e as possibilidades de inclusão da população nos benefícios da nova sociedade da informação.

Irrigação e Recursos Hídricos

A água já é, e será ainda mais, um recurso fundamental de qualquer estratégia de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida. Nos últimos anos, o Brasil avançou muito no modelo de gestão de recursos hídricos. A aprovação pelo Congresso Nacional da Lei das Águas e do projeto de criação da Agência Nacional de Águas permitem implantar novos mecanismos de gestão, com uma visão integrada de todos usos da água. Os dois próximos anos serão marcados pelas seguintes iniciativas:

- Em termos de obras, pelo início da transposição das águas do rio São Francisco, passo importante para a solução definitiva dos efeitos da seca no Nordeste. Até o final de 2002, deverão estar concluídos os canais de acesso e as tomadas de água no rio São Francisco, além de 110 km de canais.
- Para enfrentar a seca, também serão construídos, no mesmo prazo, 18 perímetros de irrigação e 16 obras de barragens, açudes e adutoras, incluídas nos 50 programas estratégicos do Avança Brasil (ver anexo);
- Em termos de gestão, será acelerada a implantação dos sistemas de cobrança, de outorga e de enquadramento dos cursos d’água em classes de uso, tanto no nível federal como nos níveis estaduais.
- Para a promoção da qualidade das águas nas bacias hidrográficas de rios de domínio federal, que disponham de comitês de bacias instalados e tenham instituído seus sistemas de cobrança pela utilização de recursos hídricos, será introduzido um sistema inovador de "compra" de esgotos tratados.

Meio Ambiente

A política ambiental brasileira está orientada para a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento econômico, em consonância com o uso sustentável e a preservação dos recursos naturais. O Brasil elaborou e está implantado sua Agenda 21, compromisso da ECO-92, cujos temas estruturais são: cidades sustentáveis; agricultura sustentável; gestão de recursos naturais; redução das desigualdades sociais; infra-estrutura e integração regional; ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

Vários programas buscam assegurar a implantação dessa agenda. Além da expansão e consolidação de um sistema de áreas protegidas, voltada a assegurar a integridade ecológica e a biodiversidade, estamos atuando nos principais biomas brasileiros: na Amazônia, na Mata Atlântica, na Catinga, no Cerrado e no Pantanal. Três iniciativas são prioritárias:

- Programa de Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais, que tem como metas reduzir em 38% a taxa de desflorestamento da Amazônia e elevar para 100% a taxa de monitoramento das florestas nacionais até 2003;
- Programa Pantanal, que integra ações de saneamento, preservação do meio ambiente e estímulo a atividades econômicas sustentáveis, para promover o desenvolvimento daquela região;
- Programa Parques do Brasil, que conjuga o manejo sustentável de áreas de proteção ambiental, a proteção integral de outras áreas e a abertura de 44 parques nacionais à visitação pública, com terceirização da administração dos parques.

Os programas Parques do Brasil e Pantanal compartilham da visão de que a preservação do meio ambiente pode ser um excelente negócio e gerar empregos em novas atividades, com o uso sustentável de recursos naturais.

Consolidando as bases econômicas do desenvolvimento

Superados os efeitos das crises externas dos últimos anos da década passada, assiste-se a uma firme retomada do crescimento. Nesse processo, fortalecemos a responsabilidade fiscal – pilar do círculo virtuoso que a economia brasileira passa a experimentar – e transitamos para um novo regime de câmbio, associado ao regime de metas de inflação.

Mas o Brasil pode e deve ter uma taxa de crescimento de longo prazo superior a 4 ou 4,5%. Para tanto, é preciso consolidar a responsabilidade fiscal em bases permanentes, avançar no campo das reformas microeconômicas e promover políticas de desenvolvimento, calcadas no aumento da eficiência e da produtividade. Na agenda das reformas, sobressaem:

- a reforma tributária, para estimular o investimento, as exportações e a substituição eficiente de importações;
- a reforma do mercado de capitais, para incentivar o aumento da poupança interna e fortalecer o financiamento da atividade econômica, principalmente do investimento, reduzindo o custo de capital e aumentando a eficiência na sua alocação;
- a modernização e integração da infra-estrutura, cujas metas já foram assinaladas na seção anterior, para reduzir custos e aumentar a eficiência do sistema econômico em seu conjunto, permitindo ao País e às suas distintas regiões, explorar ao máximo as suas vantagens comparativas e competitivas;
- a reforma da legislação trabalhista, essencial para incentivar relações estáveis de longo prazo, entre trabalhadores e empresários, fator decisivo para o aumento da produtividade da economia.
- a complementação da reforma previdenciária, especialmente no que se refere ao regime de aposentadoria dos servidores públicos e à previdência complementar.

Entre as políticas que conformam uma verdadeira agenda de política industrial, cabe destacar o apoio ao desenvolvimento tecnológico; o fortalecimento das médias, pequenas e micro empresas; e a expansão das exportações, sempre presente o objetivo de fomentar as distintas e complementares vocações econômicas regionais, como forma de reduzir desequilíbrios e favorecer o desenvolvimento nacional.

Reforma tributária

A qualidade do desempenho fiscal e o aumento da eficiência, produtividade e competitividade da economia nos próximos dois anos dependerão do binômio adequação dos gastos/tributação efetiva e eficiente. Daí a necessidade de uma reforma tributária que seja responsável, pragmática, objetiva e viável. A proposta de reforma tributária que o governo apresentará baseia-se nos seguintes pontos:

- Uniformização da legislação do ICMS, que deverá materializar-se em Proposta de Emenda Constitucional a ser submetida ainda este mês ao Congresso Nacional. Ela deve racionalizar a normatização e a imposição do tributo de maior repercussão na esfera econômica. Isto trará benefícios para a eficiência da economia brasileira, o funcionamento cooperativo da Federação e o desempenho fiscal de estados e municípios.
- A reforma da COFINS, iniciada em 1999/2000, deverá se acelerar, tirando vantagem da experiência já adquirida com inovações como a tributação monofásica, adotada nos setores financeiro e de combustíveis, na indústria de tabaco e, ainda que parcialmente, nas indústrias automotiva, farmacêutica e de cosméticos; a tributação cumulativa, adotada

na forma do SIMPLES; e a tributação segundo o valor agregado, mediante dedução de despesas, no regime base contra base.

- A introdução de uma contribuição de intervenção sobre o domínio econômico aplicada às importações, prevista na Proposta de Emenda Constitucional nº 277 de 2000, reforçará a isonomia entre os bens produzidos no Brasil e os importados. Na introdução dessa contribuição, será levado em conta o seu impacto sobre o grau de proteção efetiva da economia brasileira, para que não resulte em passo atrás no processo de abertura e contribua para reduzir a dispersão de alíquotas adiante mencionada.
- A busca de uma solução apropriada para a extinção da CPMF, prevista para julho de 2002, é uma prioridade na agenda para este semestre, já que deverá ser levada em conta na proposta orçamentária para 2002. Essa solução deverá considerar, de um lado, o papel da CPMF no processo de ajustamento fiscal e, de outro, não menos importante, as distorções que produz no sistema econômico, particularmente na intermediação financeira, dificultando o desenvolvimento do mercado de capitais.
- Redução da dispersão de alíquotas do imposto de importação e do imposto de produtos industrializados, com vistas a atenuar as distorções que provoca na formação de preços relativos.

Modernização das relações de trabalho

A reforma da legislação trabalhista deve prosseguir, como já foi assinalado, com a apreciação de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional ou que serão encaminhados neste ano pelo Executivo:

- aperfeiçoamento do chamado condomínio de empregadores rurais. Sua entrada em vigor permitirá a formalização de centenas de milhares de empregos no campo, nos próximos dois anos;
- definição dos limites para a contratação regular de trabalhadores cooperativados. Ajustes na legislação são necessários para garantir a preservação dessa modalidade de cooperativismo, que tem papel importante na geração de emprego e renda, ao mesmo tempo em que se coíbe a fraude trabalhista;
- fortalecimento do processo de negociação trabalhista e reforço da autonomia das entidades sindicais, com a perspectiva de que os termos resultantes da negociação coletiva possam prevalecer sobre o disposto na legislação;
- tratamento trabalhista diferenciado para micro e pequenas empresas, a fim de possibilitar a geração e preservação de empregos com carteira de trabalho assinada.

Outras medidas ajudarão a reduzir a informalidade no mercado de trabalho rural e urbano:

- Aperfeiçoamento das Comissões de Conciliação Prévia, regulamentadas por lei ordinária.
- A instituição da conciliação anual, durante a vigência do contrato, reduzirá a incerteza jurídica associada a passivos trabalhistas contingentes, reconhecidamente um dos fatores que inibem a contratação com carteira assinada.

Reforma do mercado de capitais e redução do custo do capital

A democratização e fortalecimento do mercado de capitais são fundamentais para estimular o aumento da poupança interna, a alocação eficiente e a redução do custo do capital, um trinômio chave para o desenvolvimento. A agenda do governo para 2001-2002 contempla as seguintes iniciativas:

- reforma da Lei das Sociedades Anônimas, a fim de aumentar a eficiência das empresas, por intermédio da sua melhor governança corporativa, tendo como um item fundamental a proteção ao acionista minoritário (PL 3.115/97);
- aprimoramento dos padrões contábeis para assegurar confiabilidade e transparência ao balanço das empresas em geral. Nesse sentido, o governo está empenhado na aprovação de projeto que altera a lei relativa a demonstrações contábeis (PL 3.741/00);
- revisão da Lei das Falências, tendo por objetivo favorecer a realocação eficiente do capital, bem como a redução do custo do crédito (PL 4.376/93);
- regulamentação da previdência complementar para os setores público e privado, incentivando hábitos de poupança a longo prazo;
- instituição de uma agência única para a supervisão do mercado de capital, seguros e previdência complementar, com ênfase na proteção do cidadão como investidor e consumidor;
- privatização de Furnas**,** por meio da venda pulverizada das ações que a União detém na empresa. O processo deverá estar concluído até o primeiro trimestre de 2002 e dará vida a uma empresa de capital aberto com controle pulverizado, portanto, uma empresa pública de mercado, em melhores condições de fazer valer suas vantagens competitivas, inclusive no campo técnico, em benefício do País e das regiões a que serve;
- continuação das reformas microeconômicas que vêm sendo implementados no mercado de crédito, potencializando os efeitos positivos decorrentes da queda da taxa básica de juros e da redução dos compulsórios;
- promoção da concorrência e da disseminação da informação e do desenvolvimento de instrumentos que permitam novas formas de crédito, de modo a reduzir o custo para o tomador final de empréstimo.

Políticas de desenvolvimento em bases contemporâneas

O objetivo central das políticas de desenvolvimento é inserir a economia brasileira de modo competitivo na economia mundial. Elas compreendem iniciativas de apoio à inovação tecnológica, à reestruturação de empresas e setores e ao fortalecimento da base exportadora, incluindo o segmento de pequenas e médias empresas, como forma de favorecer a inovação e o espírito empreendedor.

Sociedade da informação

Na mesma medida em que a Internet se torna um meio universal, cresce o risco de uma nova forma de marginalização econômica, social e política: a exclusão digital. A divisão entre ricos e pobres é agravada pela divisão entre os países e as pessoas quem têm e os não têm acesso ao computador em rede e aos conhecimentos para utilizá-lo. O programa Sociedade da Informação é a iniciativa do Governo Federal para fazer das tecnologias da informação e comunicação um instrumento de inclusão de todos brasileiros na nova sociedade e de participação competitiva do Brasil na economia global. Os objetivos do programa são:

- promover a competitividade das empresas nacionais, a expansão das pequenas e médias empresas e a oferta de novas oportunidades de trabalho por meio do uso intensivo das tecnologias da informação;
- identificar as tecnologias estratégicas para o desenvolvimento nacional e promover projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados para essas tecnologias nas universidades, centros de pesquisa e empresas;

- integrar as diversas estruturas especializadas de comunicação de dados do governo, da universidade e do setor privado e iniciar a implantação no Brasil da Internet 2, a próxima geração da Internet.
- universalizar o acesso a Internet no Brasil, estimulando tecnologias alternativas mais baratas, modelos de acesso coletivo ou compartilhado e projetos que promovam a cidadania e a coesão social;
- apoiar esquemas de aprendizado e de educação continuada e à distância baseados na Internet;
- promover a geração de conteúdos e aplicações que enfatizem a identidade cultural brasileira e assuntos de relevância local e regional.

Reestruturação produtiva

A agenda nessa área volta-se para a coordenação de iniciativas no âmbito do governo e deste com o setor privado.

- Os fóruns de competitividade no âmbito do programa Brasil Classe Mundial, deverão servir, cada vez mais, para orientar a utilização eficiente dos instrumentos de fomento e estímulo já existentes, assim como para a troca de informações e a coordenação entre agentes das cadeias produtivas e o governo.
- O BNDES continuará a desempenhar papel de extrema relevância na reestruturação produtiva de setores e empresas, assim como no financiamento das exportações de maior valor agregado. Ele atuará, cada vez mais, como um catalisador e não como um substituto de um mercado de capitais maduro, estimulando a boa governança corporativa e a utilização complementar de recursos provenientes desse mercado nos investimentos financiados pelo banco.
- Os desembolsos do BNDES quebrarão um novo recorde em 2001, atingindo R$ 26 bilhões. Serão beneficiadas principalmente a indústria e a infra-estrutura, mas também os serviços, o comércio e a agropecuária. Deverá crescer a participação das médias e pequenas empresas, que em 2000 responderam por quase 20% dos desembolsos do banco, um expressivo aumento em relação aos anos anteriores.
- Serão reforçadas as ações no campo das tecnologias industriais básicas, como metrologia, normalização e avaliação de conformidade, gestão e propriedade intelectual, bem como serviços de apoio à pesquisa e à engenharia, conforme prevê o Plano Nacional de Metrologia. Esta é a infra-estrutura técnica necessária ao atendimento de requisitos internacionais de certificação, condição indispensável para a superação de barreiras técnicas à conquista de mercados e à expansão do comércio.
- O governo continuará trabalhando para desconcentrar regionalmente a aplicação dos recursos federais na área de ciência e tecnologia. Atuará em parceira com os Estados, na identificação de oportunidades de apoio a cadeias produtivas ou pólos locais de inovação. Deverão ser beneficiados cerca de oitenta pólos, a exemplo dos pólos de gesso, no interior do Nordeste, calçados, no Sul do País, fármacos e fitoterápicos, no Centro-Oeste, fibras naturais, na Região Norte, e a fruticultura, em várias Regiões do País.

Turismo

Oportunidades imensas também se colocam no setor de turismo, com forte impacto na estrutura de emprego e benefícios ao balanço de pagamento.

- Na segunda fase do PRODETUR, estão previstos desembolsos da ordem de US$ 670 milhões para o desenvolvimento da infra-estrutura turística do Nordeste. A meta principal é delimitar corredores turísticos conexos, estratégicos e diversificados, estruturados em nove pólos de desenvolvimento integrado de turismo, que abrangem todos os estados da região.
- A extensão do PRODETUR à Região Sul levará a praças turísticas aquecidas pelo movimento do Mercosul o apoio à melhoria da infra-estrutura básica, capacitação de mão-de-obra e intensificação das atividades de *marketing*.

Micro, pequena e média empresa

Lançado em outubro de 1999, o Programa Brasil Empreendedor é um conjunto de ações governamentais voltado para criar oportunidades aos setores médios e pobres da população para investir, empreender e emancipar-se. Em um ano, o programa emprestou mais de 10 bilhões de reais aos micro e pequenos empresários, através dos bancos oficiais, e capacitou mais de 2,5 milhões.

- Até 2002, as metas são: 8,5 milhões de micro e pequenos empresários treinados e capacitados, 4 milhões de operações de crédito, envolvendo R$ 30 bilhões, apoio a 273 mil novos empreendimentos de até dois anos e a 15 mil jovens empreendedores.
- Em meados de 2001, o governo introduzirá uma nova fase do programa, destinada a apoiar as micro, pequenas e médias empresas nacionais na aquisição e uso de conhecimento e na introdução de formas coletivas de organização empresarial.

A nova fase do Brasil Empreendedor colocará à disposição das empresas instrumentos como fundos de investimentos de capital de giro, encubadoras de empresas de base tecnológica, condomínios empresariais, integração do sistema de ensino tecnológico e empresa, programas de ensino e capacitação empresarial à distância, linhas de crédito para aglomerados de empresas, cooperativas populares, microcrédito, consórcios de pequenas empresas exportadoras.

Os recursos virão do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, dos fundos administrados pelo BNDES, recursos próprios das instituições financeiras federais, de agencias governamentais como o CNPq, FINEP e outras.

- Ainda com vistas à ampliação das oportunidades de empreendimento e geração de emprego, o governo se empenhará, junto ao Congresso e às lideranças cooperativistas, pela atualização da legislação sobre cooperativas, atualizando-a de acordo com os princípios da Constituição de 1988.

Agricultura

Por ser uma vocação regionalmente bem distribuída e na qual o Brasil tem vantagens comparativas e competitivas robustas, a agricultura – ou melhor dito, o agronegócio, com seus encadeamentos no setor industrial e de serviços – ocupa lugar importante na agenda do desenvolvimento. O crescimento da produção sem expansão da área plantada indica o expressivo aumento da produtividade agrícola nos últimos anos. A produção de grãos na safra que se avizinha deverá alcançar o recorde histórico de 90 milhões de toneladas. Muitos e significativos avanços concorreram para esse bom desempenho, entre eles:

- consolidação e renegociação das dívidas agrícolas, por intermédio da securitização e do programa PESA do Banco do brasil, aliviando os produtores rurais do peso de dívidas aumentadas pelas taxas de juros praticadas em períodos de crise no passado;
- juros decrescentes e prefixados para o crédito rural, cortando pela raiz a possibilidade de repetição dos desequilíbrios que levaram à necessidade de renegociação das dívidas. Isto livrou os agricultores do impacto das crises internacionais da segunda metade da década de 1990. Os juros caíram de 37% ao ano na safra 1994/1995 para 8,75% ao ano em 2001;
- adoção de mecanismos de sustentação de preços que diminuíram a intervenção estatal na comercialização de produtos agrícolas, como o Prêmio para Escoamento da Produção – PEP e o Contrato de Opção de Venda;
- aprimoramento das ações de controle sanitário, fitossanitário e de segurança dos produtos de origem animal.

A agenda do governo para a agricultura no biênio 2001-2002 inclui, além da continuidade das políticas cujo êxito é marcante, mudanças na legislação objetivando, principalmente:

- fortalecer e modernizar a área de defesa agropecuária;
- permitir que a agroindústria tenha acesso a linhas de crédito à comercialização, dentro do crédito rural;
- aperfeiçoar a cédula de produto rural com entrega física;
- abolir a necessidade de decreto presidencial para a aprovação dos preços mínimos.

Outras medidas na agenda destinam-se ao aprimoramento do crédito rural:

- utilização do sistema de leilão de equalização de juros para racionalizar o repasse dos recursos do Tesouro Nacional com essa finalidade;
- criação de mecanismos de financiamento da estocagem privada;
- avaliação da possibilidade de introduzir o Certificado de Recebíveis Agropecuários, para captar novos recursos para o financiamento da agricultura, e a Nota Promissória Rural Coletiva, para facilitar as operações de desconto bancário dos produtores de menor porte.

Constam ainda da agenda:

- reforçar as linhas de financiamento à irrigação;
- criar linha de financiamento para o reflorestamento em propriedades de menor porte;
- aprimorar a política de promoção comercial interna e externa, adotando ações mais agressivas de divulgação externa da marca Brasil e dos produtos do agronegócio.

Promoção das exportações

O objetivo de expandir as exportações não se esgota no setor agropecuário ou agro-industrial. Ele é válido para o conjunto das atividades e setores da economia brasileira, e requer a ação articulada de um conjunto de órgãos e instituições, dentro do setor público e entre este e o setor privado.

- No Governo Federal, essa missão caberá à Câmara de Governo do Comércio Exterior – CAMEX, que foi recentemente reformulada, para dar às decisões relativas ao comércio externo a coordenação e celeridade necessárias. No financiamento, o BNDES e o Banco do Brasil continuarão a desempenhar papel protagonista.

- A Agência Especial de Apoio às Exportações – APEX, vinculada ao SEBRAE, seguirá, com empenho redobrado, no seu trabalho de capacitação de exportadores e formação de consórcios de exportação, no campo das micro e pequenas empresas.
- Na frente relativa às negociações internacionais, a cargo do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil atuará com serenidade, mas com firmeza, nos fóruns multilaterais e bilaterais, para assegurar condições justas de acesso a mercados para bens e serviços produzidos no País, reforçando sua posição nos diferentes mercados externos.
- Redução da alíquota média do imposto de importações, sempre em função de contrapartidas adequadas e no contexto dos acordos internacionais de comércio.

Integração regional

A ação internacional do Brasil continuará a ser conduzida em todos os tabuleiros, extraindo os ganhos possíveis em cada um deles. Buscamos resultados, sem perder a perspectiva dos nossos valores enquanto Nação. Com essa visão de conjunto lidaremos com os atuais desafios da participação brasileira nos diferentes processos de integração regional e inter-regional.

- Continuaremos a trabalhar pelo fortalecimento do Mercosul, que tem contribuído para o aprofundamento das relações com nossos vizinhos e dá à região um perfil próprio e renovado no cenário internacional.
- O Mercosul melhora nossas perspectivas de inserção nas diferentes esferas de integração econômica e política: na América do Sul, através da aproximação com a Comunidade Andina; com a conformação da ALCA; e com a conclusão de um acordo de livre comércio com a União Européia.
- A ALCA e o acordo de livre comércio com a União Européia só serão viáveis e adequada aos nossos interesses se conseguirmos transformá-la em um acordo equilibrado, justo, não discriminatório. Para tanto, colocaremos com toda firmeza questões que para nós são fundamentais, como a do acesso aos mercados, em especial dos produtos agrícolas. As barreiras tarifárias e não-tarifárias vigentes fazem com que o livre comércio seja mais um discurso do que uma prática nos países desenvolvidos.

Responsabilidade fiscal, qualidade do gasto, responsabilidade monetária

A reestruturação do gasto público requer outras reformas, que permitam avançar mais do que avançamos, até aqui, nessa direção. O objetivo é combater a regressividade do gasto público, onde ela ainda existe. Em outras palavras, trata-se de fazer com que o dinheiro público beneficie os verdadeiramente pobres na sociedade brasileira.

Nada é mais flagrantemente iníquo do que o dispêndio anual de montante superior a R$ 20 bilhões, em recursos do Tesouro, ou seja, da sociedade, para a cobertura do déficit do regime especial de previdência dos servidores civis da União. O gasto *per capita* implícito nesse déficit é de R$ 21,7 mil anuais, três vezes mais do que a renda *per capita* do país. Essa iniqüidade subtrai recursos de programas dirigidos às camadas de baixa renda. Para minorá-la, um primeiro passo é a instituição da contribuição sobre os inativos civis do serviço público, objeto de Proposta de Emenda Constitucional já apresentada ao Congresso (PEC 136/99).

Ainda na área legislativa, é necessário concluir a regulamentação complementar da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isto inclui a aprovação do projetos de lei que cria o Conselho de Gestão Fiscal e o que limita a dívida mobiliária federal, assim como dos atos do Senado fixando limites globais para a dívida consolidada. O governo continuará apoiando a implantação da lei no âmbito

municipal, com a concessão de financiamento para a modernização da gestão financeira das prefeituras.

A melhoria na qualidade do gasto público não depende apenas de iniciativas legislativas, embora elas sejam essenciais. Os progressos de natureza organizacional e operacional na gestão dos gastos público têm sido significativos neste governo. Caminhou-se, assim, no terreno aberto pela estabilização monetária que, ao aproximar os valores reais e nominais dos orçamentos públicos, permitiu a retomada do planejamento. Digna de nota é a reorganização da classificação orçamentária, que passou a exprimir as ações de governo como programas, com metas e objetivos definidos. Conciliaram-se, assim, a Lei Orçamentária Anual e o Plano Plurianual, com inegáveis benefícios para a qualidade das políticas públicas.

A conquista da estabilidade de preços tem viabilizado avanços sociais e econômicos importantes. A preservação desses avanços, que representam um verdadeiro bem público, deve ser institucionalizada num novo estatuto para o Banco Central. Essa lei deve determinar claramente que o objetivo primordial do Banco Central é garantir a estabilidade do poder de compra da moeda nacional, de acordo com diretrizes definidas pelo governo. Para atingir esse objetivo, o Banco Central deverá ter autonomia operacional, com mandato fixo para seu presidente e diretores. O Banco Central terá também a incumbência de zelar pela solidez do sistema financeiro nacional, e a obrigação de atuar com transparência e prestar contas à sociedade e ao Congresso Nacional.

Anexo
AGENDA LEGISLATIVA

São relacionadas a seguir propostas legislativas vinculadas à Agenda de Governo para o biênio 2001-2002 e outras matérias prioritárias do ponto de vista do Executivo.

Câmara dos Deputados

- PEC 472/97 – **regulamentação do uso de Medidas Provisórias** – incluindo ritos específicos e ágeis de votações das MPs no Congresso Nacional – pronto para a Ordem do Dia.
- Busca de solução legislativa adequada para suprir a receita não arrecadada com o fim da cobrança da **CPMF**, prevista até julho de 2002.
- PEC a ser enviada ao Congresso Nacional – **uniformização da legislação do ICMS** – padronizar a legislação a nível nacional, para desonerar as empresas e reduzir o "custo Brasil".
- PEC 53/99 – **Sistema Financeiro Nacional** – altera o art. 192, permitindo a regulamentação infraconstitucional do Sistema Financeiro Nacional – aguardando constituição de Comissão Especial – já aprovada no Senado Federal.
- PEC 277/00 – **Parcela de Preço Específico ("conta petróleo)** – as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação; e poderão incidir sobre a importação de bens ou serviços recebidos do exterior, inclusive energia elétrica – aguardando instalação de Comissão Especial.
- PEC 136/99 – **Contribuição de Inativos** – institui a contribuição previdenciária de servidores públicos inativos da União – Comissão Especial – aguardando parecer do relator.
- PLP 248/98 – Disciplina a **perda do cargo público por insuficiência de desempenho** (estabelece listagem de carreiras típicas de Estado – parte da regulamentação da Reforma Administrativa) – aguardando votação das emendas do Senado.
- PLP 9/99 – **Previdência complementar de servidores públicos –** estende aos servidores públicos titulares de cargo efetivo o acesso ao regime de previdência complementar, atualmente restrito a uma parcela dos trabalhadores do setor privado da economia – substitutivo aprovado em plenário – falta votação de 4 destaques.
- PLP 135/00 – **Descentralização da reforma agrária para os Estados** – delega aos Estados, a competência para ações de reforma agrária; transfere recursos do ITR para os Estados – aguardando parecer do relator na Comissão de Finanças.
- PLP a ser enviado ao Congresso Nacional – **regulamentação do Fundo da Pobreza** – a Emenda Constitucional nº 31 determina que os recursos do Fundo da Pobreza só poderão ser utilizados após a aprovação de uma Lei Complementar estabelecendo o escopo dessa aplicação. O montante arrecadado no período de 18 de março de 2001 até a publicação da Lei Complementar só poderá ser utilizado no segundo semestre de 2002.
- PL 3.657/89 – **Saúde Mental** – Propõe a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais. Regulamenta os casos de internação psiquiátrica compulsória.
- PL 2.160/91 – **Estatuto do Índio** – estabelece mecanismos especiais de proteção dos direitos e interesses das comunidades indígenas; dispõe ainda sobre bens e terras indígenas e estabelece novos tipos penais.
- PL 4.376/93 – atualiza a **Lei de falências e concordatas –** institui e regula a recuperação e a liquidação judicial das pessoas físicas e jurídicas que exercem atividade econômica

em nome próprio e de forma organizada; proteção dos credores em situações críticas – pronto para ordem do dia.

- PL 2.681/96 – **Pirataria de Bens Intelectuais** – altera o Código Penal e o Código do Processo Penal com a finalidade de coibir os delitos contra o direito autoral e a propriedade intelectual.
- PL 3.115/97 – **Lei das SAs** – estabelece fundamentalmente o respeito ao acionista minoritário e cria condições para a administração de conflitos entre os acionistas; estimula a entrada de novos agentes no mercado de capitais; inclui tipos penais que criminalizam determinadas condutas lesivas ao funcionamento do mercado de capitais.
- PL 1.562/99 – Proíbe coligações nas eleições proporcionais – altera a lei 4737, de 15 de julho de 1965, que institui o código eleitoral, e a lei 9504 , de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, a fim de proibir coligações nas eleições proporcionais. (**Reforma Política**).
- PL 2.220/99 – Altera a redação dos arts. 41 e 48 da lei 9096, de 1995, e do parágrafo 1º do art. 47 da lei 9504, de 1997, revoga o art. 57 da 9096, de 1995, e da outras providências, a fim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de radio e televisão aos partidos que não tenham caráter nacional **(Reforma Política)**.
- PL 3.428/00 – Altera as leis 4737, de 15 de julho de 1965 (código eleitoral) e lei 9504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o sistema de lista fechada na eleição proporcional. Instituindo o sistema de listas partidárias abertas e fechadas nas eleições proporcionais **(Reforma Política)**.
- PL 671/99 – Altera a lei 9504, de 1997, dispondo sobre o financiamento publico da campanhas eleitorais **(Reforma Política)**.
- PL 2.905/00 – trata da **reestruturação do setor de geração de energia elétrica**, ajustando os conceitos básicos: produtor independente de energia elétrica, livre escolha do fornecedor, livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição, livre comercialização entre produtores e consumidores; possibilidade de importação e exportação de energia elétrica.
- PL 3.242/00 – **Cadastro Rural** – Aperfeiçoa e moderniza o regime jurídico vigente sobre o cadastro, a tributação e o registro imobiliário referente a imóveis rurais, para coibir a apropriação irregular e a transferência fraudulenta e as invasões de terras.
- PL 3.267/00 – **Recurso de Revista** – Altera dispositivos da CLT, introduzindo o critério de transcendência para exame do recurso de revista no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho; apenas as questões mais relevantes serão reapreciadas pelo TST.
- PL 3.532/00 – altera o Código Penal e o Código de Processo Penal, agravando a pena para quem presta **falso testemunho, falsa perícia, ou erro de cálculo** como testemunha, perito, tradutor, intérprete ou contador.
- PL 3.741/00 – atualiza a legislação sobre **demonstrações contábeis –** moderniza a lei societária em vigor para adequá-la à evolução dos usos e costumes mercantis mediante normas e padrões de contabilidade e auditoria reconhecidos internacionalmente; fortalece o mercado de capitais.
- PL 3.811/00 – **Trabalho rural** – reduz a intervenção estatal no âmbito das relações de trabalho, fortalece a negociação coletiva e incentiva a formalização dos vínculos empregatícios.
- PL 3.846/00 – **ANAC** – ordena a Aviação Civil e cria a Agência Nacional de Aviação Civil; prevê licitação para concessão de serviços aéreos.
- PL 3.998/01 – **Previdência para trabalhador rural** – estende a forma de contribuição da empresa rural para a agroindústria, reconhece o consórcio simplificado de produtores rurais e um benefício fiscal especial para o setor. – Urgência Constitucional.
- PL 3.999/01 – Institui **juizados especiais cíveis e criminais** no âmbito da Justiça Federal – simplifica e facilita o acesso do cidadão à Justiça e agiliza os processos, com baixo

custo, nos casos de menos potencial econômico ou ofensivo, em especial as causas previdenciárias.

- PL 4.147/01 – **Política de Saneamento** – estabelece marco regulatório específico, necessário para a universalização dos serviços de saneamento básico – Urgência Constitucional – aguardando constituição de comissão especial.
- PL a ser enviado ao Congresso Nacional – **validade jurídica de documento eletrônico**.
- PL a ser enviado ao Congresso Nacional – **alteração da Lei de Execuções Penais** – atualiza e moderniza a legislação sobre cumprimento de penas visando a recuperação do preso e sua reintegração na sociedade.
- PL a ser enviado ao Congresso Nacional – criação de novos **Fundos de Ciência e Tecnologia** nas áreas de biotecnologia, aeronáutica, saúde e agronegócios.
- PL a ser enviado ao Congresso Nacional – criação do **Centro de Gestão Estratégica em C&T e Inovação**.
- PL a ser enviado ao Congresso Nacional – criação da **Agência de Concorrência / Consumidor –** organiza e fortalece os sistemas de defesa da concorrência e do consumidor.
- PL a ser enviado ao Congresso Nacional – instituindo **patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias –** objetiva aumentar a segurança dos compradores; tornar facultativo o seguro de término da obra e facilitar a criação de sociedades de propósito específico, necessárias à liberação de financiamento a incorporadoras.

Senado Federal

- PEC 29/00 – Reforma do Judiciário .
- PEC 87/99 – autoriza as guardas municipais, mediante convênio com os estados, a executar serviços de policiamento ostensivo e preventivo.
- PLC 63/99 – Regime Geral de Previdência Complementar – Estabelece a regulamentação geral do regime de previdência complementar, com base no artigo 202 da Constituição, válido para funcionários públicos – regras gerais – e setor privado – Urgência Constitucional.
- PLC 1/00 – disciplina a relação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, conforme determinações da Emenda Constitucional nº 20 – Urgência Constitucional.
- PLC 1/01 – ANT – cria a Agência Nacional de Transportes; reestrutura os transportes aquaviário e terrestre; cria o Conselho Nacional de Transportes Terrestres e o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes.
- PLC 3/01 – Trabalho temporário – O projeto amplia o conceito de empresa de trabalho temporário e de trabalhador temporário, permitindo a sua aplicação ao meio rural.
- PLS 343/99 – Altera a Lei nº 9504, de 30 de setembro de setembro de 1997, para dispor sobre prazo de filiação partidária e domicílio eleitoral (Reforma Política).
- PLS 353/99 – Dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos (Reforma Política).
- PLS 242/00 – Altera a Lei no 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições (a representação de cada partido na Câmara dos Deputados será a do resultado eleitoral) (Reforma Política).
- PLS 187/99 – modifica a Lei no 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária como condição de elegibilidade (Reforma Política).